

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	13
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	17
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	19
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	20
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	21
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	23
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	23
10. FUNDOS VINCULADOS .....	25
11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	25
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	26
13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	27
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	28
15. INVESTIMENTOS.....	36
16. IMOBILIZADO .....	46
17. INTANGÍVEIS.....	49
18. FORNECEDORES .....	51
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	51
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	53
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	57
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	57
23. PROVISÕES .....	59
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	68
25. RECEITA .....	69
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	73
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	76
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	77
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	80
30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	95
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	99
32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	102
33. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	102
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO .....	103
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES .....	112

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

### ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	422.328	1.030.257	21.030	38.672
Títulos e Valores Mobiliários	6	438.513	1.058.384	20.256	63.960
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	7	3.399.760	3.885.392	17.809	-
Ativo Financeiro da Concessão	14	1.020.131	847.877	-	-
Tributos Compensáveis	8	159.070	173.790	6.052	43
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9a	289.289	339.574	23.447	19.722
Dividendos a Receber		68.938	76.893	378.673	603.049
Fundos Vinculados	10	108.197	106.227	89.556	87.872
Estoques		35.186	38.134	10	10
Adiantamento a Fornecedores	28	127.528	116.050	-	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	11	238.869	235.018	238.869	235.018
Reembolso subsídios tarifários	13	76.731	77.086	-	-
Subvenção Baixa Renda		27.043	26.660	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	29	8.231	-	-	-
Outros Créditos		493.295	525.961	12.226	10.473
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>6.913.109</b>	<b>8.537.303</b>	<b>807.928</b>	<b>1.058.819</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	6	9.936	29.753	429	1.737
Adiantamento a Fornecedores	28	47.072	6.870	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	7	252.278	255.328	11.458	-
Tributos Compensáveis	8	228.597	230.678	1.810	1.810
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	15.120	20.617	15.120	20.617
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	1.939.086	1.871.228	776.723	756.739
Depósitos Vinculados a Litígios	12	2.359.736	2.335.632	284.438	277.791
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	29	64.504	8.649	-	-
Outros Créditos		664.108	628.443	22.376	34.978
Ativo Financeiro da Concessão	14	6.428.553	6.604.625	-	-
Investimentos	15	7.821.362	7.792.225	14.174.491	13.692.183
Imobilizado	16	2.725.712	2.762.310	273.487	1.810
Intangível	17	11.167.780	11.155.928	14.152	2.458
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>33.723.844</b>	<b>33.702.286</b>	<b>15.574.484</b>	<b>14.790.123</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>40.636.953</b>	<b>42.239.589</b>	<b>16.382.412</b>	<b>15.848.942</b>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

### PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	18	1.623.467	2.342.757	6.632	4.667
Encargos Regulatórios	21	426.283	512.673	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		27.518	9.089	1.247	348
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	632.156	704.572	9.758	5.841
Imposto de Renda e Contribuição Social	19b	46.211	115.296	38	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	24	427.669	427.832	425.833	425.838
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	20	2.588.160	2.370.551	20.456	-
Salários e Contribuições Sociais		186.668	207.091	12.066	11.072
Obrigações Pós-emprego	22	242.388	231.894	13.426	12.974
Concessões a Pagar		2.431	2.987	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	14	155.214	414.800	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções	29	541.767	507.232	541.767	507.232
Adiantamento de Clientes	7	176.871	232.762	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	29	497	12.595	-	-
Outras Obrigações		470.899	570.153	2.071	6.218
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>7.548.199</b>	<b>8.662.284</b>	<b>1.033.294</b>	<b>974.190</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos Regulatórios	21	267.188	249.817	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	20	11.110.656	12.027.146	44.576	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	28.762	28.199	1.060	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	724.063	734.689	-	-
Provisões	23	687.661	678.113	67.334	63.194
Obrigações Pós-emprego	22	3.973.715	3.954.287	453.264	446.523
Concessões a Pagar		18.714	18.240	-	-
PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	19	1.096.460	1.087.230	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções	29	312.167	307.792	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	29	7.183	28.515	-	-
Outras Obrigações		122.744	133.141	47.639	39.049
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>18.349.313</b>	<b>19.247.169</b>	<b>613.873</b>	<b>548.766</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>25.897.512</b>	<b>27.909.453</b>	<b>1.647.167</b>	<b>1.522.956</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	24	6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.729.550	5.728.574	5.729.550	5.728.574
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(826.761)	(836.522)	(826.761)	(836.522)
Subscrição de Ações a Capitalizar		1.324.773	1.215.223	1.324.773	1.215.223
Lucros Acumulados		288.972	-	288.972	-
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>		<b>14.735.245</b>	<b>14.325.986</b>	<b>14.735.245</b>	<b>14.325.986</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR</b>		<b>4.196</b>	<b>4.150</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>14.739.441</b>	<b>14.330.136</b>	<b>14.735.245</b>	<b>14.325.986</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>40.636.953</b>	<b>42.239.589</b>	<b>16.382.412</b>	<b>15.848.942</b>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>25</b>	<b>4.935.431</b>	<b>4.812.930</b>	<b>73</b>	<b>94</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>	<b>26</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.263.693)	(2.093.088)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(392.542)	(206.497)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(263.233)	(222.512)	-	-
		(2.919.468)	(2.522.097)	-	-
<b>OUTROS CUSTOS</b>	<b>26</b>				
Pessoal e Administradores		(240.802)	(287.507)	-	-
Materiais		(7.155)	(6.259)	-	-
Serviços de Terceiros		(170.770)	(146.436)	-	-
Depreciação e Amortização		(194.686)	(186.444)	-	-
Provisões Operacionais, líquidas		(12.779)	(78.932)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(180.669)	(200.559)	-	-
Outras		(3.286)	(7.194)	-	-
		(810.147)	(913.331)	-	-
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(3.729.615)</b>	<b>(3.435.428)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.205.816</b>	<b>1.377.502</b>	<b>73</b>	<b>94</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>26</b>				
Despesas com Vendas		(76.183)	(66.195)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(216.649)	(205.998)	(9.596)	(19.504)
Despesas com Provisões Operacionais		(43.686)	(63.404)	(39.311)	(16.468)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(132.160)	(172.677)	(14.375)	(13.400)
		(468.678)	(508.274)	(63.282)	(49.372)
Resultado de Equivalência Patrimonial	<b>15</b>	56.874	29.641	498.370	359.462
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>794.012</b>	<b>898.869</b>	<b>435.161</b>	<b>310.184</b>
Receitas Financeiras	<b>27</b>	241.854	179.891	11.248	23.580
Despesas Financeiras	<b>27</b>	(399.654)	(572.637)	(894)	(1.127)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>636.212</b>	<b>506.123</b>	<b>445.515</b>	<b>332.637</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	<b>9c</b>	(185.026)	(233.457)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<b>9c</b>	13.409	70.068	18.934	9.959
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>464.595</b>	<b>342.734</b>	<b>464.449</b>	<b>342.596</b>
<b>Total do resultado do período atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores		464.449	342.596	464.449	342.596
Participação de acionista não-controlador		146	138	-	-
		<b>464.595</b>	<b>342.734</b>	<b>464.449</b>	<b>342.596</b>
<b>Lucro Básico por ação preferencial</b>	<b>24</b>	<b>0,319</b>	<b>0,272</b>	<b>0,319</b>	<b>0,272</b>
<b>Lucro Básico por ação ordinária</b>	<b>24</b>	<b>0,319</b>	<b>0,272</b>	<b>0,319</b>	<b>0,272</b>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>464.595</b>	<b>342.734</b>	<b>464.449</b>	<b>342.596</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado</b>				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	(416)	(681)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	-	(866)	(416)	(1.547)
	(416)	(1.547)	(416)	(1.547)
<b>Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado</b>				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro disponível para venda, líquida de impostos	-	35.691	-	35.691
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>464.179</b>	<b>376.878</b>	<b>464.033</b>	<b>376.740</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuído a:</b>				
Participação dos acionistas controladores	464.033	376.740	464.033	376.740
Participação de acionista não-controlador	146	138	-	-
	<b>464.179</b>	<b>376.878</b>	<b>464.033</b>	<b>376.740</b>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.215.223</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.728.574</b>	<b>(836.522)</b>	<b>-</b>	<b>14.325.986</b>	<b>4.150</b>	<b>14.330.136</b>
Adoção inicial CPC/48	-	-	-	-	-	(181.846)	(181.846)	-	(181.846)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	464.449	464.449	146	464.595
<b>Outros resultados abrangentes</b>									
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	(416)	-	(416)	-	(416)
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(416)</b>	<b>464.449</b>	<b>464.033</b>	<b>146</b>	<b>464.179</b>
Subscrição de ações a capitalizar	-	109.550	-	-	-	-	109.550	-	109.550
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido:</b>									
Dividendos Estatutários	-	-	-	-	-	-	-	(100)	(100)
<b>Constituição de Reservas</b>									
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	976	-	(976)	-	-	-
<b>Realização de Reservas</b>									
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	-	10.177	7.345	17.522	-	17.522
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.324.773</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.729.550</b>	<b>(826.761)</b>	<b>288.972</b>	<b>14.735.245</b>	<b>4.196</b>	<b>14.739.441</b>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO**  
**PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.199.855</b>	<b>(488.285)</b>	<b>-</b>	<b>12.930.281</b>	<b>4.090</b>	<b>12.934.371</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	342.596	342.596	138	342.734
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(681)	-	(681)	-	(681)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	16.573	-	16.573	-	16.573
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.892</b>	<b>342.596</b>	<b>358.488</b>	<b>138</b>	<b>358.626</b>
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido:</b>								
<b>Constituição de Reservas</b>								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	889	-	(889)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Realização de Reservas</b>								
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(10.085)	10.085	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.200.744</b>	<b>(482.478)</b>	<b>351.792</b>	<b>13.288.769</b>	<b>4.228</b>	<b>13.292.997</b>
<b>PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.228</b>	<b>4.228</b>
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.200.744</b>	<b>(482.478)</b>	<b>351.792</b>	<b>13.288.769</b>	<b>-</b>	<b>13.288.769</b>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro Líquido do Período		464.595	342.734	464.449	342.596
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>					
Impostos de Renda e Contribuição Social		171.617	163.389	(18.934)	(9.959)
Depreciação e Amortização	26	212.991	201.365	118	135
Valor Residual Líquido de Ativos Financeiros da Concessão, Imobilizado e Intangível		928	16.737	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(56.874)	(29.641)	(498.370)	(359.462)
Juros e Variações Monetárias		194.070	355.879	(11.199)	(4.232)
Apropriação de Custo de Transação	20	9.000	-	-	-
Provisões Operacionais	26	133.208	208.532	39.311	16.468
Variação do valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos - swap		(97.516)	-	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	25	(441.156)	302.602	-	-
Obrigações Pós-emprego	22	101.279	114.006	10.995	10.621
		<u>692.142</u>	<u>1.675.603</u>	<u>(13.630)</u>	<u>(3.833)</u>
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>					
Consumidores e Revendedores		262.384	(422.710)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	14	153.267	2.721	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		(3.387)	-	-	-
Tributos Compensáveis		(76)	(10.129)	(76)	(95)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido		(4.419)	192.007	(350)	79.193
Transporte de Energia		-	(26.342)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios		(17.652)	(13.907)	997	6.166
Dividendos recebidos de Participações		35.642	144	261.155	146
Ativos Financeiros da Concessão		190.403	56.940	-	-
Adiantamento a Fornecedores		(47.499)	(76.209)	-	-
Direito de Retirada de Gás		317	306.876	-	-
Outros		6.062	129.759	13.564	5.546
		<u>575.042</u>	<u>139.150</u>	<u>275.290</u>	<u>90.956</u>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>					
Fornecedores		(719.290)	(324.981)	(2.732)	1.782
Impostos, Taxas e Contribuições		(25.723)	(264.433)	170	(80.621)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar		-	(83.018)	-	2.081
Salários e Contribuições Sociais		(20.423)	(13.174)	(986)	(743)
Encargos Regulatórios		(69.019)	2.339	-	-
Adiantamento de Clientes		(55.891)	109.487	-	-
Obrigações Pós-emprego	22	(71.357)	(60.286)	(3.802)	(3.324)
Outros		(115.141)	(71.019)	(5.521)	(6.383)
		<u>(1.076.844)</u>	<u>(705.085)</u>	<u>(12.871)</u>	<u>(87.208)</u>
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>		<b><u>190.340</u></b>	<b><u>1.109.668</u></b>	<b><u>248.789</u></b>	<b><u>(85)</u></b>
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos		(344.753)	(477.684)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(218.654)	(103.900)	-	(2.081)
<b>CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b><u>(373.067)</u></b>	<b><u>528.084</u></b>	<b><u>248.789</u></b>	<b><u>(2.166)</u></b>



	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira		648.697	192.458	45.012	79.615
Fundos Vinculados		(1.970)	(11.137)	(1.393)	(11.118)
Em Investimentos					
Aporte em Investidas		(82.309)	(162.191)	(420.016)	(100.000)
Caixa recebido na incorporação		-	-	428	-
Em Imobilizado	16	(12.398)	(12.490)	-	-
Em Intangível		(173.707)	(170.346)	(7)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>378.313</b>	<b>(163.706)</b>	<b>(375.976)</b>	<b>(31.503)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Subscrição de ações a capitalizar	24	109.550	-	109.550	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20	(722.462)	(517.245)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos		(263)	-	(5)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(613.175)</b>	<b>(517.245)</b>	<b>109.545</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	1.030.257	995.132	38.672	69.352
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	<b>422.328</b>	<b>842.265</b>	<b>21.030</b>	<b>35.683</b>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017**  
**(Em milhares de reais)**

	Consolidado				Controladora			
	31/03/2018		31/03/2017		31/03/2018		31/03/2017	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de Energia, Gás e Serviços	7.321.858		7.009.618		80		109	
Receita de Construção de Distribuição	176.797		197.639		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	1.063		2.920		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	81.827		79.506		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	792		1.227		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	49.841		65.830		-		-	
Receita de Indenização de Geração	17.245		-		-		-	
Investimento em Imobilizado	18.527		3.424		-		-	
Outras Receitas	3.689		328		-		-	
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(76.183)		(66.195)		-		-	
	<b>7.595.456</b>		<b>7.294.297</b>		<b>80</b>		<b>109</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.477.831)		(2.299.124)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(437.078)		(230.748)		-		-	
Serviços de Terceiros	(311.249)		(295.495)		(1.967)		(2.717)	
Gás Comprado para Revenda	(263.233)		(222.512)		-		-	
Materiais	(107.126)		(95.008)		(42)		(16)	
Outros Custos Operacionais	(108.989)		(211.689)		(41.043)		(18.555)	
	<b>(3.705.506)</b>		<b>(3.354.576)</b>		<b>(43.052)</b>		<b>(21.288)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>3.889.950</b>		<b>3.939.721</b>		<b>(42.972)</b>		<b>(21.179)</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e Amortização	(212.991)		(201.365)		(118)		(135)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>3.676.959</b>		<b>3.738.356</b>		<b>(43.090)</b>		<b>(21.314)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de Equivalência Patrimonial	56.874		29.641		498.370		359.462	
Receitas Financeiras	241.854		179.891		11.248		23.580	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.975.687</b>		<b>3.947.888</b>		<b>466.528</b>		<b>361.728</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>								
		%		%		%		%
<b>Empregados</b>	<b>404.065</b>	<b>10,16</b>	<b>454.495</b>	<b>11,52</b>	<b>17.816</b>	<b>3,82</b>	<b>24.726</b>	<b>6,84</b>
Remuneração direta	269.062	6,77	300.314	7,61	6.631	1,42	13.121	3,63
Obrigações Pós-emprego e Outros Benefícios	117.811	2,96	134.037	3,40	10.808	2,32	10.852	3,00
FGTS	17.192	0,43	20.144	0,51	377	0,08	753	0,21
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>2.675.845</b>	<b>67,31</b>	<b>2.531.121</b>	<b>64,11</b>	<b>(17.544)</b>	<b>(3,76)</b>	<b>(7.377)</b>	<b>(2,04)</b>
Federais	1.416.111	35,62	1.194.565	30,26	(17.843)	(3,822)	(7.900)	(2,18)
Estaduais	1.254.322	31,55	1.331.650	33,73	95	0,02	313	0,09
Municipais	5.412	0,14	4.906	0,12	204	0,04	210	0,05
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>431.182</b>	<b>10,84</b>	<b>619.538</b>	<b>15,69</b>	<b>1.807</b>	<b>0,39</b>	<b>1.783</b>	<b>0,49</b>
Juros	407.298	10,24	594.083	15,05	894	0,19	1.127	0,31
Aluguéis	23.884	0,60	25.455	0,64	913	0,20	656	0,18
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>464.595</b>	<b>11,69</b>	<b>342.734</b>	<b>8,68</b>	<b>464.449</b>	<b>99,55</b>	<b>342.596</b>	<b>94,71</b>
Lucros Retidos	464.449	11,69	342.596	8,68	464.449	99,55	342.596	94,71
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	146	-	138	-	-	-	-	-
	<b>3.975.687</b>	<b>100,00</b>	<b>3.947.888</b>	<b>100,00</b>	<b>466.528</b>	<b>100,00</b>	<b>361.728</b>	<b>100,00</b>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte/MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 31 de março de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$635.090 e R\$ 225.366, no consolidado e na controladora, respectivamente. No trimestre findo nesta data, a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado negativo no valor de R\$373.067 (positivo no valor de R\$528.084 no mesmo período de 2017) e a controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$248.789 (R\$2.166 no mesmo período de 2017). Adicionalmente, em 31 de março de 2018, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo no consolidado da Cemig totalizaram R\$2.588.160 e R\$11.110.656. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Com relação à gestão da dívida, ao final de 2017 a controlada Cemig GT realizou captação de recursos no exterior de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) em Eurobonds, com vencimento em 2024. Além disso, foram feitos reperfilamentos da dívida no montante de R\$3.441 milhões, sendo R\$2.700 milhões da controlada Cemig D e R\$741 milhões da controlada Cemig GT. Essas duas iniciativas, em conjunto, equilibraram o fluxo de caixa da Companhia, com alongamento do prazo médio das dívidas, além de aprimorar a qualidade de crédito.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **Incorporação da Cemig Telecomunicações S.A. (“Cemig Telecom”)**

Em 31 de março de 2018 a Companhia concluiu a incorporação de sua subsidiária integral Cemig Telecom, pelo valor patrimonial contábil, com a conseqüente extinção da Cemig Telecom e sucessão, pela Companhia, em todos os bens, direitos e obrigações. Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital nem a emissão de novas ações. As ações representativas do capital social da referida subsidiária integral foram extintas na data da incorporação.

A seguir é apresentado o balanço patrimonial resumido da Cemig Telecom utilizado para a incorporação na data base de 31 de março de 2018:

	31/03/2018		31/03/2018
<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
Circulante	24.986	Circulante	33.816
Não Circulante		Não Circulante	55.407
Realizável a longo prazo	15.313		
Investimentos	17.116		
Imobilizado líquido	271.766		
Intangível	11.716		
	315.911	<b>Patrimônio Líquido</b>	251.674
<b>Total do Ativo</b>	<b>340.897</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>340.897</b>

A Administração da Companhia está em processo de avaliação de alternativas relacionadas a eventual alienação dos ativos incorporados da Cemig Telecom, com a expectativa de conclusão dos estudos para o segundo trimestre de 2018 e dessa forma concluiu que esses ativos não devem ser reclassificados para ativos circulantes enquanto não satisfizerem aos critérios de classificação como mantidos para venda de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

A incorporação foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e de sua controlada realizadas em 28 de fevereiro de 2018.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 14 de maio de 2018, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias referentes ao primeiro trimestre de 2018.

### 2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018

#### *IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)*

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

O impacto na adoção deste pronunciamento ocorreu no reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 na Demonstração do Resultado para o período de três meses findo em 31 de março de 2018:

	31/03/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47	Efeito da adoção IFRS 15/CPC 47	31/03/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>4.867.877</b>	<b>16.446</b>	<b>4.884.323</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.645.615)</b>	<b>-</b>	<b>(3.645.615)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(66.573)	(16.446)	(83.019)
	(472.855)	(16.446)	(489.301)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(35.766)	-	(35.766)
Resultado Financeiro	(157.800)	-	(157.800)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(175.788)	-	(175.788)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>380.053</b>	<b>-</b>	<b>380.053</b>

- a) Refere-se a penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI.

#### *IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros*

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/ CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
<b>Ativos Financeiros</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a Receber de Partes Relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de Subsídios Tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção Baixa Renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Distribuição	Disponível para venda	Valor justo resultado
Indenizações a Receber – Transmissão	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Indenizações a Receber – Geração	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros Créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de Clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

1) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos.

2) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas de acordo com IFRS 9/CPC 48.

### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O impacto material decorrente da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018 está relacionado ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

O novo pronunciamento também estabelece que em relação às perdas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o modelo de expectativa de perda no crédito não seja mais de perdas incorridas, mas um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas, com base em probabilidades.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas adotaram, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia (a)	150.114
Ajuste reflexo decorrente da investida Light	82.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	(51.038)
	<b>181.846</b>

(a) Referem-se às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de valores a receber de consumidores da Cemig D.

### 2.3 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2018.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do trimestre findo em 31 de março de 2018 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2017	31/03/2018	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	31	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Fundos Vinculados
12	11	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais
13	12	Depósitos Vinculados a Litígios
14	13	Reembolso de Subsídios Tarifários
15	14	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
16	15	Investimentos
17	16	Imobilizado
18	17	Intangível
19	18	Fornecedores
20	19	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
21	20	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
22	21	Encargos Regulatórios
23	22	Obrigações Pós-Emprego
24	23	Provisões
25	24	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
26	25	Receita
27	26	Custos e Despesas Operacionais
28	27	Receitas e Despesas Financeiras
29	28	Transações com Partes Relacionadas
30	29	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
31	30	Mensuração Pelo Valor Justo
34	32	Reajuste Tarifário Anual
35	33	Transações não Envolvendo Caixa
36	34	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2017 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
32	Seguros
33	Obrigações Contratuais

### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, respectivamente, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/03/2018	31/12/2017
		Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57	99,57
Cemig Telecom (2)	Consolidação	-	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00	100,00
ENGED (Usina Térmica Ipatinga) (1)	Consolidação	100,00	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00	100,00

- (1) Em 2018, a razão social da UTE Ipatinga foi alterada para Empresa de Negócios em Geração Distribuída S.A.  
 (2) Empresa incorporada pela Companhia em 31 de março de 2018.

## 4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL as seguintes concessões e autorizações:

GERAÇÃO DE ENERGIA	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
<b>Usinas Hidrelétricas</b>			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
<b>Usinas Termelétricas</b>			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
<b>TRANSMISSÃO DE ENERGIA</b>			
Rede Básica (3)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (3)	Cemig GT	79/2000	10/2030
<b>DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (4)</b>			
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
<b>DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (4)</b>			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado pelo fato de que o poder concedente não controla para quem e o preço dos serviços prestados, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através dos gastos incorridos. O ativo financeiro indenizável é identificado quando a implementação da infraestrutura é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.

(4) Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura da concessão encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado entre ativo intangível e ativo financeiro.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Contas Bancárias	41.998	113.495	5.140	4.645
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	307.709	685.826	12.752	20.799
Overnight (2)	72.621	226.629	3.138	13.228
Outros	-	4.307	-	-
	<u>380.330</u>	<u>916.762</u>	<u>15.890</u>	<u>34.027</u>
	<u>422.328</u>	<u>1.030.257</u>	<u>21.030</u>	<u>38.672</u>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 75% a 106% em 31 de março de 2018 (50% a 106% em 31 de dezembro de 2017) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% a.a. em 31 de março de 2018 (6,89% em 31 de dezembro de 2017) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	1.774	2.652	68	144
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	197.627	303.355	8.539	17.706
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	221.567	739.945	9.574	43.189
Debêntures (4)	7.250	10.663	832	2.142
Outros	10.295	1.769	1.243	779
	<u>438.513</u>	<u>1.058.384</u>	<u>20.256</u>	<u>63.960</u>
<b>Não Circulante</b>				
Debêntures	9.936	29.753	429	1.737
	<u>9.936</u>	<u>29.753</u>	<u>429</u>	<u>1.737</u>
	<u>448.449</u>	<u>1.088.137</u>	<u>20.685</u>	<u>65.697</u>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,50% a 105,25%, em 31 de março de 2018 (100,25% a 105,25% em 31 de dezembro de 2017), conforme operação.

- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 112% do CDI em 31 de março de 2018 (102,01 a 112% em 31 de dezembro de 2017).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 161,54% do CDI em 31 de março de 2018 (104,25% a 161,54% em 31 de dezembro de 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

## 7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2018	31/12/2017
Fornecimento Faturado	1.020.470	671.191	811.480	2.503.141	2.688.622
Fornecimento não Faturado	910.758	-	-	910.758	993.699
Suprimento a Outras Concessionárias	31.024	62.823	1.763	95.610	25.642
Suprimento a Outras Concessionárias não Faturado	247.944	-	-	247.944	283.061
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	263.772	9.332	168	273.272	381.150
Concessionários – Transporte de Energia Faturado	44.363	25.343	94.821	164.527	159.194
Concessionários – Transporte de Energia não Faturado	182.961	-	-	182.961	177.308
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(46.636)	(17.422)	(662.117)	(726.175)	(567.956)
	<b>2.654.656</b>	<b>751.267</b>	<b>246.115</b>	<b>3.652.038</b>	<b>4.140.720</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>3.399.760</b>	<b>3.885.392</b>
<b>Ativo não Circulante</b>				<b>252.278</b>	<b>255.328</b>

	Controladora				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2018	31/12/2017
Fornecimento Faturado	16.355	274	1.976	18.604	-
Fornecimento não Faturado	11.796	-	-	11.796	-
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.133)	(1.133)	-
	<b>28.151</b>	<b>274</b>	<b>843</b>	<b>29.267</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>17.809</b>	
<b>Ativo não Circulante</b>				<b>11.458</b>	

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

O ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2018	31/12/2017
Residencial	142.737	160.482
Industrial	203.180	178.058
Comércio, Serviços e Outras	167.125	117.438
Rural	27.418	17.334
Poder Público	85.924	11.984
Iluminação Pública	5.607	4.740
Serviço Público	26.454	10.187
Encargos de Uso de Rede - TUSD	67.730	67.733
	<b>726.175</b>	<b>567.956</b>

A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no primeiro trimestre é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>660.105</b>
Constituições Líquidas	66.195
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>726.300</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>567.956</b>
Adoção inicial CPC 48	150.114
Constituições Líquidas	76.183
Baixas	(68.078)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>726.175</b>

A Companhia registrou, em 1º de janeiro de 2018, contra a rubrica de Lucros Acumulados, os efeitos decorrentes da adoção da norma IFRS 9/CPC 48. Mais detalhes na nota explicativa nº2 dessas Informações Contábeis intermediárias.

### Adiantamento de clientes

A Cemig GT e Cemig D receberam de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

<b>Consolidado e Controladora</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>181.200</b>
Adição	141.875
Baixa	(32.388)
Atualização Financeira	12.561
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>303.248</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>232.762</b>
Baixa	(59.510)
Atualização Financeira	3.619
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>176.871</b>

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Cemig GT e Cemig D nas condições a seguir:

31/03/2018				Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/12/2017
Contraparte	Período previsto para faturamento	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh a entregar		
BTG Pactual	jan/2018	1,57% a.m.	-	-	17.287
BTG Pactual	jan/2018	1,2%a.m.	-	-	25.633
Deal Comercializadora	jan/2018	1,2% a.m.	-	-	772
White Martins Gases Industriais Ltda	mai/2018 a mar/2019	124% do CDI	286.189	139.362	147.066
White Martins Gases Industriais Ltda	mai/2018 a mar/2019	124% do CDI	-	37.509	42.004
				<b>176.871</b>	<b>232.762</b>

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega.

## 8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	74.134	71.430	5.839	-
PIS-PASEP	10.605	12.130	20	6
COFINS	49.813	56.023	103	37
Outros	24.518	34.207	90	-
	<b>159.070</b>	<b>173.790</b>	<b>6.052</b>	<b>43</b>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	226.132	224.752	-	-
PIS-PASEP	43	569	3	2
COFINS	197	3.131	11	12
Outros	2.225	2.226	1.796	1.796
	<b>228.597</b>	<b>230.678</b>	<b>1.810</b>	<b>1.810</b>
	<b>387.667</b>	<b>404.468</b>	<b>7.862</b>	<b>1.853</b>

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após março de 2019.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	169.749	223.539	20.714	19.124
Contribuição Social	119.540	116.035	2.733	598
	<b>289.289</b>	<b>339.574</b>	<b>23.447</b>	<b>19.722</b>
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda	1.188	6.685	1.188	6.685
Contribuição Social	13.932	13.932	13.932	13.932
	<b>15.120</b>	<b>20.617</b>	<b>15.120</b>	<b>20.617</b>
	<b>304.409</b>	<b>360.191</b>	<b>38.567</b>	<b>40.339</b>

#### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	502.926	523.595	167.426	165.235
Provisões	1.111.822	1.092.557	542.548	527.166
Obrigações Pós-Emprego	1.195.441	1.179.257	147.974	144.176
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	261.759	207.415	8.161	7.775
Tributos com exigibilidade suspensa	14.158	14.093	-	-
Concessão Onerosa	8.304	8.227	-	-
Ajuste a Valor Justo Swap - Perda	838	12.923	838	-
Outros	14.516	14.212	4.990	-
<b>Total</b>	<b>3.109.764</b>	<b>3.052.279</b>	<b>871.937</b>	<b>844.352</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>				
Custo de Captação	(28.105)	(31.115)	-	-
Custo atribuído	(255.947)	(275.543)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(459.094)	(463.573)	(86.989)	(87.613)
Encargos Financeiros Capitalizados	(166.357)	(165.582)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(1.961)	(785)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(919.753)	(937.485)	-	-
Ajuste a Valor Justo Swap - Ganho	(22.118)	-	-	-
Outros	(41.406)	(41.657)	(8.225)	-
<b>Total</b>	<b>(1.894.741)</b>	<b>(1.915.740)</b>	<b>(95.214)</b>	<b>(87.613)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>1.215.023</b>	<b>1.136.539</b>	<b>776.723</b>	<b>756.739</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.939.086</b>	<b>1.871.228</b>	<b>776.723</b>	<b>756.739</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>(724.063)</b>	<b>(734.689)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



### c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>636.212</b>	<b>506.123</b>	<b>445.515</b>	<b>332.637</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(216.312)	(172.082)	(151.475)	(113.097)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	17.737	8.593	170.069	122.841
Contribuições e Doações Indedutíveis	(369)	(832)	-	-
Incentivo Fiscal	3.191	3.796	-	-
Provisão desligamento voluntário	(254)	-	(2)	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	93	-	-
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	27.210	2.627	-	-
Multas Indedutíveis	(4.006)	(4.758)	(6)	(6)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	-	(3.075)	-	-
Outros	1.186	2.249	348	221
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva</b>	<b>(171.617)</b>	<b>(163.389)</b>	<b>18.934</b>	<b>9.959</b>
Imposto Corrente	(185.026)	(233.457)	-	-
Imposto Diferido	13.409	70.068	18.934	9.959
	<b>(171.617)</b>	<b>(163.389)</b>	<b>18.934</b>	<b>9.959</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>26,97%</b>	<b>32,28%</b>	<b>4,25%</b>	<b>2,91%</b>

## 10. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$108.197 no consolidado e R\$89.556 na controladora, refere-se principalmente a valor depositado em instituição financeira, em conformidade com o acordo de acionistas da RME, como garantia para liquidação das opções de venda de participação nessa empresa.

## 11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em 25 de outubro de 2017 a Companhia assinou um Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, referente a discussão administrativa quanto ao critério de atualização dos montantes repassados pelo Governo do Estado como adiantamento para futuro aumento de capital em anos anteriores.

O Termo de Reconhecimento de Débitos assinado entre as partes prevê a devolução por parte do Estado do montante de R\$281.309, sendo R239.445 relativo ao valor original do depósito e R\$45.718 relativo a sua atualização financeira, sendo R\$3.851 reconhecidos no período de três meses findo em 31 de março de 2018. Este valor será devolvido à Companhia pelo Estado em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplemento por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Até 31 de março de 2018 foram recebidos R\$46.291, correspondentes a duas parcelas, permanecendo um saldo a receber de R\$238.869. Encontram-se em atraso as parcelas vencidas desde janeiro de 2018, entretanto, a Administração da Companhia entende que não incorrerá em perdas na realização desses recebíveis tendo em vista inclusive as garantias mencionadas acima.

## 12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Trabalhista</b>	<b>316.483</b>	<b>303.699</b>	<b>36.426</b>	<b>35.270</b>
<b>Fiscais</b>				
Imposto de Renda sob JCP	27.083	26.861	248	244
PASEP/COFINS (1)	1.317.445	1.337.086	-	-
ITCD	49.509	48.981	49.070	48.541
IPTU	88.164	79.505	72.004	68.675
FINSOCIAL	37.494	37.170	37.494	37.170
IR/CS - Indenização do Anuênio (2)	269.367	267.432	12.946	12.853
Outros	144.046	116.585	31.314	31.252
	<b>1.933.108</b>	<b>1.913.620</b>	<b>203.076</b>	<b>198.735</b>
<b>Outros</b>				
Regulatório	52.613	60.243	30.073	29.589
Responsabilidade Civil	15.941	16.094	5.813	5.811
Relações de Consumo	6.568	6.204	1.568	1.561
Bloqueio Judicial	12.281	14.358	5.872	5.515
Outros	22.742	21.414	1.610	1.310
	<b>110.145</b>	<b>118.313</b>	<b>44.936</b>	<b>43.786</b>
	<b>2.359.736</b>	<b>2.335.632</b>	<b>284.438</b>	<b>277.791</b>

- (1) Depósito judicial relativo ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PASEP/COFINS. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS).
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do Anuênio);

### **1) Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS**

Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base dessas contribuições. As controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos as controladas adotaram os seguintes procedimentos:

- A Cemig GT reverteu a provisão no montante de R\$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita, no 4º trimestre daquele ano, remanescendo um depósito judicial no montante de R\$185.205.
- A Cemig D, realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Mais detalhes nota explicativa nº 19.

### **13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS**

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 31 de março de 2018, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$225.493 (R\$191.254 em 2017). Dos valores provisionados, a Cemig D tem a receber R\$73.345 (R\$73.345 em 2017) e a Cemig GT R\$3.386 (R\$3.741 em 2017), reconhecidos no ativo circulante.

## 14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/03/2018	31/12/2017
Ativos Relacionados à Infraestrutura (1)		
Concessões de Distribuição	375.758	369.762
Concessões de Transmissão (1.2)	546.672	547.800
Indenização a Receber – transmissão (1.1)	1.852.673	1.928.038
Indenizações a Receber – geração (1.3)	1.918.002	1.900.757
Bonificação pela Outorga – Concessões de geração (1.4)	2.357.819	2.337.135
	<b>7.050.924</b>	<b>7.083.492</b>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	397.760	369.010
<b>Total</b>	<b>7.448.684</b>	<b>7.452.502</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.020.131</b>	<b>847.877</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>6.428.553</b>	<b>6.604.625</b>
<b>Passivos Financeiros da Concessão - consolidado</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	155.214	414.800
<b>Passivo Circulante</b>	<b>155.214</b>	<b>414.800</b>

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.287.511</b>	<b>2.800.389</b>	<b>216.107</b>	<b>5.304.007</b>
Adições	2.920	-	25.206	28.126
Transferência do imobilizado da Usina não Renovada UHE Volta Grande	-	70.252	-	70.252
Baixas	(218)	-	(16)	(234)
Recebimentos	(4.245)	(55.615)	-	(59.860)
Atualização Financeira	65.830	79.506	1.228	146.564
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>2.351.798</b>	<b>2.894.532</b>	<b>242.525</b>	<b>5.488.855</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.475.838</b>	<b>4.237.892</b>	<b>369.762</b>	<b>7.083.492</b>
Adições	1.063	-	-	1.063
Recebimentos	(130.324)	(61.142)	-	(191.466)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	-	-	5.250	5.250
Atualização Financeira	52.768	99.071	792	152.631
Baixas	-	-	(46)	(46)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>2.399.345</b>	<b>4.275.821</b>	<b>375.758</b>	<b>7.050.924</b>

### 1) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e distribuição de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

### 1.1) Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Cemig GT estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização. A Portaria determinou, ainda, que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 31 de março de 2018, no montante de R\$1.852.673 (R\$1.928.038 em 31 de dezembro de 2017), corresponde aos créditos abaixo:

#### *Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões*

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017, no valor de R\$972.663 (R\$992.802 em 31 de dezembro de 2017) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

#### *Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais*

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$321.669 em 31 de março de 2018 (R\$316.138 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de março de 2018.

#### *Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017*

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia relativo à inclusão de alguns cabos condutores no cálculo tarifário e apurou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias de 23 de junho de 2009 e 08 de junho de 2010. Os novos valores calculados pela inclusão dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 e foram atualizadas, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, a ser recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP. Em 31 de março de 2018, o saldo a receber é de R\$37.313 (R\$74.627 em 31 de dezembro de 2017).

#### *Saldo remanescente a ser recebido através da RAP*

O saldo remanescente, no valor de R\$521.028 em 31 de março de 2018 (R\$544.471 em 31 de dezembro de 2017), foi incorporado à Base de Remuneração de Ativos e está sendo recuperado via RAP. A Cemig GT tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referentes à indenização dos ativos de transmissão cuja movimentação é apresentada a seguir:

<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>1.928.038</b>
Atualização Financeira	49.841
Recebimentos *	(125.206)
<b>Total em 31/03/2018</b>	<b>1.852.673</b>
<hr/>	
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>1.805.230</b>
Atualização Financeira	65.830
<b>Total em 31/03/2017</b>	<b>1.871.060</b>

\* Os recebimentos dos créditos passaram a ocorrer a partir de julho de 2017, após a homologação por parte da ANEEL.

### 1.2) Transmissão – Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de março de 2017 o saldo a receber pela controlada Cemig GT é de R\$546.672 (R\$547.800 em 31 de dezembro de 2017).

### 1.3) Geração - Indenização a Receber

*Usinas operadas em regime de cotas a partir de 1º de janeiro de 2016*

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997. Passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), estão reconhecidos no Ativo Financeiro e montam R\$816.411 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
<b>Lote D:</b>				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
<b>Outras:</b>				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	2.258	2.920
		<b>3.601,70</b>	<b>204.041</b>	<b>816.411</b>

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Em 31 de março de 2018, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.920 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia e de sua controlada não espera perdas na realização desses valores.

#### Usinas Miranda e São Simão

Os valores do Projeto Básico das usinas de Miranda e São Simão foram transferidos para a conta de indenização a receber e atualizados monetariamente pela variação da SELIC, em conformidade com os termos da Portaria nº 291/17 do Ministério de Minas e Energia – MME, conforme demonstrado a seguir:

Usinas	Miranda	São Simão	Total
Término da concessão	dez/16	jan/15	
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído em 31/12/2017	609.995	202.744	812.739
Ajuste (1)	174.157	40.855	215.012
Valores Portaria MME	784.152	243.599	1.027.751
Atualização	25.373	31.222	56.595
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/17	809.525	274.821	1.084.346
Atualização	12.875	4.370	17.245
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/03/18	822.400	279.191	1.101.591

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17.

A Cemig GT está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, bem como a data de pagamento, tendo em vista que a citada Portaria estabelece que o pagamento da indenização deverá ser realizado pela União até 31 de dezembro de 2018, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

#### 1.4) Bonificação pela outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015 vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	44.361	(32.851)	1.341.644
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	13.981	(10.360)	421.014
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	5.837	(4.405)	157.026
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	4.350	(3.279)	117.781
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	6.050	(4.614)	153.606
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	4.509	(3.503)	104.139
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	2.738	(2.130)	62.609
<b>Total</b>		<b>2.337.135</b>	<b>81.826</b>	<b>(61.142)</b>	<b>2.357.819</b>



	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	42.718	(29.881)	1.296.034
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	13.472	(9.424)	406.687
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	5.728	(4.006)	151.626
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	4.264	(2.983)	113.728
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piauí	146.553	5.999	(4.197)	148.355
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	4.556	(3.187)	100.684
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	2.769	(1.937)	60.542
<b>Total</b>		<b>2.253.765</b>	<b>79.506</b>	<b>(55.615)</b>	<b>2.277.656</b>

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo reconhecida como um ativo financeiro em função do direito incondicional de receber o valor pago com atualização pelo IPCA mais juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão. A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

## 2) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Ativo</b>	<b>60.767</b>	<b>2.852.276</b>	<b>2.913.043</b>	<b>381.588</b>	<b>2.330.978</b>	<b>2.712.566</b>
Ativo circulante	58.883	2.307.567	2.366.450	381.588	1.379.162	1.760.750
Ativo não circulante	1.884	544.709	546.593	-	951.816	951.816
<b>Passivo</b>	<b>(214.097)</b>	<b>(2.456.400)</b>	<b>(2.670.497)</b>	<b>(796.388)</b>	<b>(1.961.968)</b>	<b>(2.758.356)</b>
Passivo circulante	(214.097)	(1.953.303)	(2.167.400)	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)
Passivo não circulante	-	(503.097)	(503.097)	-	(741.331)	(741.331)
<b>Total circulante líquido</b>	<b>(155.214)</b>	<b>354.264</b>	<b>199.050</b>	<b>(414.800)</b>	<b>158.525</b>	<b>(256.275)</b>
<b>Total não circulante líquido</b>	<b>1.884</b>	<b>41.612</b>	<b>43.496</b>	<b>-</b>	<b>210.485</b>	<b>210.485</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(153.330)</b>	<b>395.876</b>	<b>242.546</b>	<b>(414.800)</b>	<b>369.010</b>	<b>(45.790)</b>

Componentes Financeiros	31/03/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Itens da "Parcela A"</b>						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	(50.306)	(4.558)	(54.864)	(154.234)	(89.414)	(243.648)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	3.750	61.007	64.757	9.058	23.448	32.506
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	1.031	5.591	6.622	2.332	1.306	3.638
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	(1.752)	6.101	4.349	(5.148)	1.513	(3.635)
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER (1)	(14.219)	(655.322)	(669.541)	(40.105)	(586.413)	(626.518)
Energia elétrica comprada para revenda (2)	(39.590)	1.588.162	1.548.572	(90.616)	1.326.263	1.235.647
<b>Outros componentes financeiros</b>						
Sobrecontratação de energia	3.343	(218.638)	(215.295)	8.357	(211.337)	(202.980)
Neutralidade da parcela A	(12.232)	96.121	83.889	(30.581)	74.076	43.495
Outros itens financeiros	(42.845)	(427.356)	(470.201)	(111.825)	(111.825)	(111.825)
Bandeiras tarifárias (3)	-	37	37	-	(134.008)	(134.008)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos (4)	(510)	(55.269)	(55.779)	(2.038)	(36.424)	(38.462)
<b>TOTAL</b>	<b>(153.330)</b>	<b>395.876</b>	<b>242.546</b>	<b>(414.800)</b>	<b>369.010</b>	<b>(45.790)</b>

(1) Devido ao aumento dos custos de risco hidrológico, ocorrido a partir de julho de 2017, a Aneel alterou as regras de repasse do excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER para aliviar a pressão sobre o caixa das distribuidoras. A Cemig D recebeu da CONER cerca de R\$254 milhões, não incluídos na cobertura tarifária, impactando diretamente o montante de CVA do ESS/EER a devolver ao consumidor no próximo reajuste tarifário, que ocorrerá em maio de 2018.

(2) Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica e com isso o maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (preço de liquidação de diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarreta em maiores custos de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob cotas de garantia física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o risco hidrológico. Diante destes fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(3) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

(4) A partir de março de 2017 os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

## Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(407.250)</b>
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(157.842)
(-) Realização	(144.760)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(2.721)
(+) Atualização Selic	(6.169)
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>(718.742)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(45.790)</b>
(-) Constituição líquida de ativos financeiros	178.444
(-) Realização	262.712
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(153.267)
(+) Atualização Selic	447
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>242.546</b>

### Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a março de 2018, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$153.267 (R\$2.721 de janeiro a março de 2017) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

## 15. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.041.111	4.793.832
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	47.757	57.957	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	42.848	25.018	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	28.486	26.023	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	161.454	157.773	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	607.318	576.704	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	508.285	534.761	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	559.490	582.504	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	42.412	40.832	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	158.575	148.422	-	-
Renova	Controlada em conjunto	241.208	282.524	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.272.146	1.242.170	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	Controlada em conjunto	58.351	60.101	-	-
Central Eólica Volta do Rio	Controlada em conjunto	61.410	67.725	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	Controlada em conjunto	48.826	50.569	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	915.691	866.554	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Controlada em conjunto	6.404	3.699	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	4.123.956	3.737.310
Light	Controlada em conjunto	1.492.783	1.534.294	1.055.460	1.083.140
TAESA	Controlada em conjunto	1.147.014	1.101.462	1.147.012	1.101.462
Cemig Telecom (3)	Controlada	-	-	-	247.313
Ativas Data Center	Coligada	17.116	17.450	17.116	-
Gasmig	Controlada	-	-	1.425.068	1.418.271
Rosal Energia	Controlada	-	-	131.567	106.897
Sá Carvalho	Controlada	-	-	113.302	102.536
Horizontes Energia	Controlada	-	-	60.689	53.165
Usina Térmica Ipatinga	Controlada	-	-	4.985	4.932
Cemig PCH	Controlada	-	-	106.549	96.944
LEPSA (1)	Controlada	-	-	442.229	455.861
RME	Controlada em conjunto	372.947	383.233	372.947	383.233
UTE Barreiro	Controlada	-	-	18.130	17.982
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	Controlada	-	-	31.403	18.403
Efficientia	Controlada	-	-	7.448	7.084
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Controlada	-	-	2.119	2.004
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	20.777	20.584	20.777	20.584
Cemig Trading	Controlada	-	-	42.385	29.206
Axiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	10.064	11.866	10.064	11.866
Cemig Overseas (2)	Controlada	-	-	174	158
<b>Total do Investimento</b>		<b>7.821.362</b>	<b>7.792.225</b>	<b>14.174.491</b>	<b>13.692.183</b>

- 1) Em 30 de novembro de 2017, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da LEPSA, passando, então, a consolidar as informações financeiras desta controlada, cujo único ativo são as ações ordinárias e preferenciais da Light. Desta forma, a Companhia deixa de apresentar em suas demonstrações financeiras consolidadas o investimento anteriormente detido na LEPSA, passando a apresentar somente a participação detida na Light.
- 2) Empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior. Em 31 de março de 2018, a Empresa não possui operações.
- 3) Em 31 de março a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, que referem-se a coligadas com influência significativa.

### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Controladora	31/12/2016	Amortização	31/03/2017	31/12/2017	Amortização	31/03/2018
Cemig Geração e Transmissão	303.937	(3.426)	300.511	285.768	(3.336)	282.432
Retiro Baixo	29.525	(296)	29.229	28.344	(296)	28.048
Central Eólica Praias de Parajuru	19.341	(382)	18.959	16.503	(354)	16.149
Central Eólica Volta do Rio	13.807	(252)	13.555	11.035	(218)	10.817
Central Eólica Praias de Morgado	27.406	(514)	26.892	23.956	(486)	23.470
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	157.340	(1.489)	155.851	151.384	(1.489)	149.895
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	56.518	(493)	56.025	54.546	(493)	54.053
TAESA	288.146	(3.390)	284.756	188.745	(2.330)	186.415
Light	208.800	(5.590)	203.210	186.437	(5.590)	180.847
Gasmig	207.498	(1.978)	205.520	199.586	(1.978)	197.608
LEPSA	48.429	(1.266)	47.163	-	-	-
RME	48.429	(1.266)	47.163	43.365	(1.266)	42.099
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.105.239</b>	<b>(16.916)</b>	<b>1.088.323</b>	<b>903.901</b>	<b>(14.500)</b>	<b>889.401</b>

Consolidado	31/12/2016	Amortização	31/03/2017	31/12/2017	Amortização	31/03/2018
TAESA	288.146	(3.390)	284.756	188.745	(2.330)	186.415
Light	208.800	(5.590)	203.210	186.437	(5.590)	180.847
Gasmig	207.498	(1.978)	205.520	199.586	(1.978)	197.608
LEPSA	48.429	(1.266)	47.163	-	-	-
RME	48.429	(1.266)	47.163	43.365	(1.266)	42.099
<b>TOTAL</b>	<b>801.302</b>	<b>(13.490)</b>	<b>787.812</b>	<b>618.133</b>	<b>(11.164)</b>	<b>606.969</b>

b) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	31/03/2018
Cemig Geração e Transmissão	4.793.832	247.279	-	-	-	-	5.041.111
Cemig Distribuição (2)	3.737.310	65.722	-	-	420.000	(99.076)	4.123.956
Cemig Telecom (1)	247.313	4.778	(416)	-	-	(251.675)	-
Ativas Data Center (1)	-	-	-	-	-	17.116	17.116
Rosal Energia	106.897	7.123	17.547	-	-	-	131.567
Sá Carvalho	102.536	10.766	-	-	-	-	113.302
Gasmig	1.418.271	30.023	-	(23.226)	-	-	1.425.068
Horizontes Energia	53.165	7.524	-	-	-	-	60.689
Usina Térmica Ipatinga	4.932	53	-	-	-	-	4.985
Cemig PCH	96.944	9.605	-	-	-	-	106.549
LEPSA (2)	455.861	11.914	(6)	(3.463)	-	(22.077)	442.229
RME (2)	383.233	7.479	(5)	(1.200)	-	(16.560)	372.947
UTE Barreiro	17.982	148	-	-	-	-	18.130
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	18.403	13.000	-	-	-	-	31.403
Efficientia	7.084	364	-	-	-	-	7.448
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	2.004	115	-	-	-	-	2.119
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	1.394	-	(1.201)	-	-	20.777
Light (2)	1.083.140	24.156	(13)	(7.689)	-	(44.134)	1.055.460
Cemig Trading	29.206	13.179	-	-	-	-	42.385
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(1.802)	-	-	-	-	10.064
Taesa	1.101.462	45.550	-	-	-	-	1.147.012
Cemig Overseas	158	-	-	-	16	-	174
	<b>13.692.183</b>	<b>498.370</b>	<b>17.107</b>	<b>(36.779)</b>	<b>420.016</b>	<b>(416.406)</b>	<b>14.174.491</b>

(1) A movimentação incluída na coluna de "Outros" decorre da incorporação da Cemig Telecom em Março/2018. Vide nota explicativa nº 1.

(2) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período. Vide nota explicativa nº 2.2.

### Adiantamento para futuro aumento de capital na Cemig D

Em 11 de dezembro de 2017 e 08 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a transferência à Cemig D, dos montantes de até R\$1.600.000 e R\$600.000, respectivamente, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em futura Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de março de 2018 o total repassado é de R\$1.920.000.

Consolidado	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	31/03/2018
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	1.394	-	(1.201)	-	-	20.777
Light	1.534.294	36.244	(13)	(11.532)	-	(66.210)	1.492.783
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(1.802)	-	-	-	-	10.064
RME	383.233	7.479	(5)	(1.200)	-	(16.560)	372.947
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	2.713	-	(12.913)	-	-	47.757
Guanhães Energia	25.018	(145)	-	-	17.975	-	42.848
Hidrelétrica Pipoca	26.023	2.859	-	(396)	-	-	28.486
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	534.761	(26.476)	-	-	-	-	508.285
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	582.504	(23.014)	-	-	-	-	559.490
Lightger	40.832	2.025	-	(445)	-	-	42.412
Baguari Energia	148.422	10.153	-	-	-	-	158.575
Central Eólica Praias de Parajuru	60.101	(1.750)	-	-	-	-	58.351
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(6.315)	-	-	-	-	61.410
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(1.743)	-	-	-	-	48.826
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	866.554	10.821	-	-	38.316	-	915.691
Ativas Data Center	17.450	(763)	-	-	-	429	17.116
Taesa	1.101.462	45.552	-	-	-	-	1.147.014
Renova	282.524	(41.316)	-	-	-	-	241.208
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(191)	-	-	2.896	-	6.404
Aliança Geração	1.242.170	29.976	-	-	-	-	1.272.146
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	576.704	7.492	-	-	23.122	-	607.318
Retiro Baixo	157.773	3.681	-	-	-	-	161.454
<b>Total do Investimento</b>	<b>7.792.225</b>	<b>56.874</b>	<b>(18)</b>	<b>(27.687)</b>	<b>82.309</b>	<b>(82.341)</b>	<b>7.821.362</b>

(1) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período. Vide nota explicativa nº 2.2.

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	31/03/2017
Cemig Geração e Transmissão	4.583.195	184.990	16.207	-	100.000	4.884.392
Cemig Distribuição	2.499.867	48.908	-	-	-	2.548.775
Cemig Telecom	191.515	2.170	(680)	-	-	193.005
Rosal Energia(1)	141.038	(13.522)	-	-	-	127.516
Sá Carvalho	106.111	9.957	-	-	-	116.068
Gasmig	1.419.492	39.726	-	-	-	1.459.218
Horizontes Energia	52.396	4.409	-	(399)	-	56.406
Usina Térmica Ipatinga	4.009	105	-	-	-	4.114
Cemig PCH	91.969	3.280	-	-	-	95.249
LEPSA	343.802	1.576	(50)	-	-	345.328
RME	340.063	1.469	-	-	-	341.532
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	1.305	-	(1.265)	-	21.628
UTE Barreiro	39.266	831	-	(24)	-	40.073
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	997	-	-	-	21.502
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	20.154	8.867	-	-	-	29.021
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	1.202	-	-	-	25.154
Transchile	-	-	-	-	-	-
Efficientia	4.868	68	-	-	-	4.936
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.867	143	-	-	-	2.010
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	1.158	-	(1.346)	-	20.983
Light(2)	1.070.477	(11.316)	418	-	-	1.059.579
Cemig Trading	28.635	13.940	-	-	-	42.575
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(2.128)	-	-	-	17.136
Parati	-	-	-	-	-	-
Taesa	1.582.633	61.327	-	-	-	1.643.960
Cemig Overseas	20	-	-	-	-	20
	<b>12.627.857</b>	<b>359.462</b>	<b>15.895</b>	<b>(3.034)</b>	<b>100.000</b>	<b>13.100.180</b>

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	31/03/2017
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	1.305	-	(1.265)	-	-	21.628
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	997	-	-	-	-	21.502
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	1.202	-	-	-	-	25.154
Transchile	-	-	-	-	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	1.158	-	(1.346)	-	-	20.983
Light (2)	1.070.477	(11.316)	418	-	-	-	1.059.579
Axxiom Soluções Tecnológicas	19.264	(2.128)	-	-	-	-	17.136
LEPSA	343.802	1.577	(51)	-	-	-	345.328
RME	340.063	1.469	-	-	-	-	341.532
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	3.246	-	(2.641)	-	-	51.016
Guanhães Energia (1)	-	(1.510)	-	-	72.030	(59.071)	11.449
Hidrelétrica Pipoca	31.809	1.984	-	(1.284)	-	-	32.509
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(23.075)	-	-	-	-	620.815
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(20.066)	-	-	-	-	657.116
Lightger	41.543	2.355	-	(642)	-	-	43.256
Baguari Energia	162.106	6.575	-	(259)	-	-	168.422
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	(509)	-	(406)	-	-	62.392
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(2.207)	-	-	-	-	79.021
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(1.308)	-	-	-	-	58.278
Amazônia Energia(Usina de Belo Monte)	781.022	8.832	-	-	45.039	-	834.893
Ativas Data Center (2)	17.741	(725)	-	-	-	2.003	19.019
Parati	-	-	-	-	-	-	-
Taesa	1.582.633	61.326	-	-	-	1	1.643.960
Renova	688.625	(28.246)	16.206	-	18.000	-	694.585
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Aliança Geração	1.319.055	23.152	-	-	-	-	1.342.207
Aliança Norte(Usina de Belo Monte)	527.498	2.184	-	-	27.122	-	556.804
Retiro Baixo	161.848	3.369	-	-	-	-	165.217
<b>Total do Investimento</b>	<b>8.753.088</b>	<b>29.641</b>	<b>16.573</b>	<b>(7.843)</b>	<b>162.191</b>	<b>(57.067)</b>	<b>8.896.583</b>
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
<b>Total</b>	<b>8.694.017</b>	<b>29.641</b>	<b>16.573</b>	<b>(7.843)</b>	<b>162.191</b>	<b>2.004</b>	<b>8.896.583</b>

(1) Transferência do passivo a descoberto;

(2) Desativação imobilizado custo atribuído Light – R\$815 e Resultado Abrangente R\$1.233.



c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	31/03/2018			31/12/2017		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	5.041.111	100,00	1.837.710	4.793.832
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	97.463	49,00	35.000	118.280
Guanhães Energia	358.511.000	49,00	358.511	87.445	49,00	330.536	51.058
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	58.134	49,00	41.360	53.108
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	265.849	49,90	222.850	257.880
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	39.919.934.434	49,00	1.164.975	1.127.645	49,00	1.119.255	1.065.628
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	5.062.360	18,13	9.546.672	5.327.114
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	86.555	49,00	79.232	83.331
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	228.527	69,39	186.573	213.895
Renova (2)	417.197.244	36,23	2.919.019	659.265	36,23	2.919.019	779.808
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.938.580	45,00	1.291.488	1.857.905
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	86.125	49,00	70.560	88.976
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	103.250	49,00	117.230	115.694
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	51.747	49,00	52.960	54.312
Amazônia Energia (1) (Usina de Belo Monte)	1.281.030.446	74,50	1.281.030	1.229.115	74,50	1.229.600	1.163.160
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	17.014.114	49,00	17.014	13.070	49,00	11.102	7.549
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	4.123.956	100,00	2.771.998	3.737.310
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.355.834	26,06	2.225.822	3.461.971
Cemig Telecom (2)	-	-	-	-	100,00	292.399	247.313
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	131.567	100,00	46.944	106.897
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	113.302	100,00	36.833	102.536
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	975.805	99,57	665.429	1.223.948
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	60.689	100,00	39.258	53.165
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.985	100,00	174	4.932
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	106.549	100,00	35.952	96.944
LEPSA	1.379.839.905	100,00	406.341	442.321	100,00	406.341	455.861
RME	1.365.421.406	75,00	403.040	441.137	75,00	403.040	453.157
UTE Barreiro	16.902.000	100,00	16.902	18.130	100,00	16.902	17.982
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	31.403	100,00	486	18.403
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	7.448	100,00	6.052	7.084
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	2.119	100,00	1.000	2.004
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	40.740	51,00	28.000	40.361
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	42.385	100,00	1.000	29.206
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	20.539	49,00	46.600	24.216
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.034	4.564.829	21,68	3.042.034	4.346.746

- 1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
- 2) Em 31 de março de 2018, a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia.

Em 31 de março de 2018, algumas controladas em conjunto apresentaram passivo circulante superior ao ativo circulante ou prejuízos acumulados relevantes, conforme segue:

Light: Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$1.744.131 (R\$1.355.157 em 31 de dezembro de 2017). A Light está em processo de conclusão de importantes operações financeiras como a criação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Light (FIDC) e a captação de recursos através da oferta no mercado internacional de notes unit, com o objetivo de alongamento do seu perfil de dívida, assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir do reajuste tarifário, vigente a partir de 15 de março de 2018, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,36%. A Administração da Light entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo.

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 2.155.727, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a readequação do fluxo de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores, liberação de recursos da conta reserva destinados a esses pagamentos, que serão substituídos por fiança bancária e com geração operacional de caixa.

Renova: No período findo em 31 de março de 2018, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$120.543, prejuízos acumulados de R\$2.135.133 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa através de venda de ativos, com a utilização dos recursos para o pagamento de fornecedores e amortização de dívidas, além de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais.

A Administração da Renova entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova.

A Administração da Companhia efetuou a análise dos indicativos de *impairment* acima mencionados e, com base nas informações disponíveis, entende que não existe incerteza material quanto à continuidade operacional destas investidas.

### **Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne**

A Companhia possui participação direta de 10% e indireta de 8,13% na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.067.775 em 31 de março de 2018 (R\$1.117.265 em 31 de dezembro de 2017).

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 31 de março de 2018, R\$23.393.393 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, estão sendo absorvidos por meio das receitas, sendo que todas as unidades geradoras da Usina, estão em operação.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, prospectivamente, nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada Cemig GT.

#### FID (Fator de Disponibilidade)

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA” - controlada da investida Madeira Energia S.A.) de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão que determinava à ANEEL e à CCEE que adotassem os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida Câmara foi suspensa pelo STJ e, após decisão superveniente desfavorável à SAESA em reclamação constitucional no STF, foi mantida a suspensão. Em 31 de março de 2018, a SAESA possui provisionado no passivo circulante saldo no montante de R\$ 691.464, o qual representa o efeito da limitação da aplicação do FID no referido pleito.

A SAESA espera e envidará os melhores esforços para reestabelecer os efeitos da liminar até o julgamento definitivo da ação.

Em 24 de abril de 2018, em Reunião Extraordinária, a ANEEL concedeu medida cautelar ao Requerimento Administrativo apresentado pela SAESA em 19 de abril de 2018, para suspensão do aporte de garantias financeiras exigido pela CCEE, bem como a respectiva liquidação financeira, referente à apuração do Fator de Disponibilidade (FID) da UHE Santo Antônio, cujo prazo para aporte se encerraria nessa data.

Após receber da CCEE a notificação e recálculo do débito referente ao FID, a SAESA deverá apresentar à ANEEL proposta de equacionamento do mesmo, a qual será previamente aprovada pelo seu Conselho de Administração.

### Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

### **Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte**

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R\$2.371.188 em 31 de março de 2018. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e conseqüente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2018 é de R\$592.711.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015 levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia.

### **Investimento na Renova Energia S.A. (“Renova”)**

#### *Encerramento das negociações com a Brookfield*

Em 23 de fevereiro de 2018, a Renova recebeu da Brookfield Energia Renovável S.A. (“BER”), uma proposta vinculante para a aquisição dos ativos de todo o Complexo de Alto Sertão III (“Complexo ASIII”), bem como de, aproximadamente, 1,1 GW em determinados projetos eólicos em desenvolvimento. Em 27 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Renova aprovou a proposta recebida e concedeu um novo período de exclusividade à BER por 30 (trinta) dias, prorrogáveis automaticamente por 30 (trinta) dias adicionais, para finalização dos documentos da transação.

Em 10 de maio de 2018 a Renova comunicou o encerramento das negociações com a BER envolvendo a venda de ativos, uma vez que não se chegou a um acordo com relação aos termos finais da transação.

A Administração da Renova informou que está trabalhando conjuntamente com seus sócios controladores em um novo plano de reestruturação visando equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos da Companhia, sobre o qual informará o mercado o mais breve possível.

Proposta vinculante da Cemig apresentada à Renova

Em 27 de março de 2018, a Cemig (controladora da Companhia), apresentou à Renova uma proposta vinculante referente à aquisição de 100% das ações de emissão da Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) detidas pela Renova ou de 51% das ações de emissão da Brasil PCH S.A. detidas pela Chipley. Em 03 de maio de 2018, o Conselho de Administração da Renova deliberou pelo não aceite da proposta da Cemig.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova e aportes efetuados pela mesma em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.

Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna.

Os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas Informações Contábeis Intermediárias da Renova, da Companhia e de sua controlada Cemig GT para o período findo em 31 de março de 2018.

## 16. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	224.924	(14.275)	210.649	224.924	(13.652)	211.272
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.284.948	(2.071.751)	1.213.197	3.284.948	(2.051.372)	1.233.576
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.117.515	(790.384)	327.131	1.116.990	(785.628)	331.362
Máquinas e Equipamentos	2.975.374	(2.105.220)	870.154	2.935.643	(2.062.092)	873.551
Veículos	28.816	(25.991)	2.825	28.816	(25.711)	3.105
Móveis e Utensílios	16.103	(12.794)	3.309	16.109	(12.714)	3.395
	<b>7.647.680</b>	<b>(5.020.415)</b>	<b>2.627.265</b>	<b>7.607.430</b>	<b>(4.951.169)</b>	<b>2.656.261</b>
<b>Em Curso</b>	98.447	-	98.447	106.049	-	106.049
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>7.746.127</b>	<b>(5.020.415)</b>	<b>2.725.712</b>	<b>7.713.479</b>	<b>(4.951.169)</b>	<b>2.762.310</b>

Controladora	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	82	-	82	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	116	-	116	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	265.765	(2.378)	263.387	3.627	(2.289)	1.338
Móveis e Utensílios	1.062	(644)	418	657	(644)	13
	<b>267.025</b>	<b>(3.022)</b>	<b>264.003</b>	<b>4.284</b>	<b>(2.933)</b>	<b>1.351</b>
<b>Em Curso</b>						
Ativos em Formação	9.484	-	9.484	459		459
<b>Imobilizado Líquido - Controladora</b>	<b>276.509</b>	<b>(3.022)</b>	<b>273.487</b>	<b>4.743</b>	<b>(2.933)</b>	<b>1.810</b>

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/03/2018
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	211.272	-	-	(623)	-	210.649
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.233.576	-	-	(20.382)	3	1.213.197
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	331.362	-	-	(4.680)	449	327.131
Máquinas e Equipamentos	873.551	-	(52)	(22.295)	18.950	870.154
Veículos	3.105	-	-	(280)	-	2.825
Móveis e Utensílios	3.395	-	-	(86)	-	3.309
	<b>2.656.261</b>	<b>-</b>	<b>(52)</b>	<b>(48.346)</b>	<b>19.402</b>	<b>2.627.265</b>
<b>Em Curso</b>	106.049	<b>12.398</b>			(20.000)	98.447
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>2.762.310</b>	<b>12.398</b>	<b>(52)</b>	<b>(48.346)</b>	<b>(598)</b>	<b>2.725.712</b>

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguara, Miranda e Volta Grande (1)	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/03/2017
<b>Em Serviço</b>							
Terrenos	278.650	-	(61.287)	-	76	-	217.439
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.761.013	-	(440.923)	303	(22.943)	63	1.297.513
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	418.480	-	(68.971)	-	(4.876)	239	344.872
Máquinas e Equipamentos	1.171.189	-	(298.058)	(5.122)	(24.188)	31.296	875.117
Veículos	4.230	-	-	-	(283)	-	3.947
Móveis e Utensílios	3.408	-	-	-	(102)	42	3.348
	<b>3.636.970</b>	<b>-</b>	<b>(869.239)</b>	<b>(4.819)</b>	<b>(52.316)</b>	<b>31.640</b>	<b>2.742.236</b>
<b>Em Curso</b>	138.106	<b>12.490</b>	(130)	(1.835)	-	(31.640)	116.991
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>3.775.076</b>	<b>12.490</b>	<b>(869.369)</b>	<b>(6.654)</b>	<b>(52.316)</b>	<b>-</b>	<b>2.859.227</b>

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (2)	Depreciação	Saldo em 31/03/2018
<b>Em Serviço</b>				
Terrenos	-	82	-	82
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	116	-	116
Máquinas e Equipamentos	1.338	262.138	(89)	263.387
Móveis e Utensílios	13	405	-	418
	<b>1.351</b>	<b>262.741</b>	<b>(89)</b>	<b>264.003</b>
<b>Em Curso</b>	459	9.025	-	9.484
<b>Imobilizado Líquido - Controladora</b>	<b>1.810</b>	<b>271.766</b>	<b>(89)</b>	<b>273.487</b>

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, no montante de R\$799.117 e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande, no montante de R\$70.252.

(2) Refere-se à incorporação da subsidiária integral Cemig Telecom. Mais detalhes vide nota explicativa nº 1.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,14% para o primeiro trimestre de 2018. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Cemig GT. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

### Consórcio

A Cemig GT participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Cemig GT no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de Ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.



Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2018	31/12/2017
<b>Em serviço</b>				
Usina de Queimado	82,5	4,05	217.185	217.109
Depreciação acumulada	-	-	(92.834)	(90.649)
<b>Total em operação</b>			<b>124.351</b>	<b>126.460</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,5	-	265	340
<b>Total em construção</b>			<b>265</b>	<b>340</b>

## 17. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Consolidado	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(2.158)	9.591	11.749	(1.990)	9.759
Concessão Onerosa	19.169	(11.421)	7.748	19.169	(11.251)	7.918
Ativos de Concessão	17.953.788	(7.560.932)	10.392.856	17.837.687	(7.402.296)	10.435.391
Outros	87.451	(65.977)	21.474	81.721	(64.533)	17.188
	<b>18.072.157</b>	<b>(7.640.488)</b>	<b>10.431.669</b>	<b>17.950.326</b>	<b>(7.480.070)</b>	<b>10.470.256</b>
<b>Em Curso</b>	736.111	-	736.111	685.672	-	685.672
<b>Intangível Líquido</b>	<b>18.808.268</b>	<b>(7.640.488)</b>	<b>11.167.780</b>	<b>18.635.998</b>	<b>(7.480.070)</b>	<b>11.155.928</b>

Controladora	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>						
Com Vida Útil Definida						
Direito de uso de softwares	23.879	(12.215)	11.664	3.789	(3.748)	41
Marcas e Patentes	9	(8)	1	9	(7)	2
Ativos de Concessão	230	(64)	166	-	-	-
	<b>24.118</b>	<b>(12.287)</b>	<b>11.831</b>	<b>3.798</b>	<b>(3.755)</b>	<b>43</b>
<b>Em Curso</b>	<b>2.321</b>	-	<b>2.321</b>	<b>2.414</b>	-	<b>2.414</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>26.439</b>	<b>(12.287)</b>	<b>14.152</b>	<b>6.212</b>	<b>(3.755)</b>	<b>2.457</b>

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/03/2018
<b>Em Serviço</b>						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	9.759	-	-	(168)	-	9.591
Concessão Onerosa	7.918	-	-	(170)	-	7.748
Ativos de Concessão	10.435.391	(1.486)	(351)	(163.043)	122.345	10.392.856
Outros	17.188	909	4.043	(1.264)	598	21.474
	<b>10.470.256</b>	<b>(577)</b>	<b>3.692</b>	<b>(164.645)</b>	<b>122.943</b>	<b>10.431.669</b>
<b>Em Curso</b>	685.672	182.556	(4.522)	-	(127.595)	736.111
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<b>11.155.928</b>	<b>181.979</b>	<b>(830)</b>	<b>(164.645)</b>	<b>(4.652)</b>	<b>11.167.780</b>

(1) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa de Obrigações Especiais(1)	Usinas Jaguará, Volta Grande e Miranda	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/03/2017
<b>Em Serviço</b>								
Com Vida Útil Definida								
Servidão	10.434	-	-	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(170)	-	8.427
Ativos de Concessão	9.247.923	-	17.069	-	(1.830)	(147.352)	347.523	9.463.333
Outros	17.430	-	-	(80)	-	(1.527)	614	16.437
	<b>9.284.384</b>	<b>-</b>	<b>17.069</b>	<b>(80)</b>	<b>(1.830)</b>	<b>(149.049)</b>	<b>348.137</b>	<b>9.498.631</b>
<b>Em Curso</b>	1.535.296	192.697	-	-	(8.019)	-	(373.343)	1.346.631
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<b>10.819.680</b>	<b>192.697</b>	<b>17.069</b>	<b>(80)</b>	<b>(9.849)</b>	<b>(149.049)</b>	<b>(25.206)</b>	<b>10.845.262</b>

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (2)	Adição	Baixa	Amortização	Saldo em 31/03/2018
<b>Em Serviço</b>						
Com Vida Útil Definida						
Direito de uso de softwares	41	11.550	101	-	(28)	11.664
Marcas e Patentes	2	-	-	-	(1)	1
Ativos de Concessão	-	166	-	-	-	166
	<b>43</b>	<b>11.716</b>	<b>101</b>	<b>-</b>	<b>(29)</b>	<b>11.831</b>
<b>Em Curso</b>	2.415	-	-	(94)	-	2.321
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<b>2.458</b>	<b>11.716</b>	<b>101</b>	<b>(94)</b>	<b>(29)</b>	<b>14.152</b>

- (1) A baixa de obrigação especial decorre da celebração de contratos de confissão de dívida e reconhecimento de débito com a Eletrobrás, no montante de R\$98.236, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da conta de desenvolvimento energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à reserva global de reversão (RGR).
- (2) Em 31 de março a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia, vide nota explicativa nº 1.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no período findo em 31 de março de 2018, está contemplado R\$8.272 (R\$22.351 no período de janeiro a março de 2017) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa 20.

A taxa de amortização média anual é de 3,85% no primeiro trimestre de 2018. As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos.

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

## 18. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Energia de curto prazo - CCEE	149.417	468.216
Encargos de uso da rede elétrica	151.519	153.146
Energia elétrica comprada para revenda	713.276	870.654
Itaipu binacional	226.315	240.220
Gás comprado para revenda	80.721	186.401
Materiais e serviços	302.219	424.120
	<b>1.623.467</b>	<b>2.342.757</b>

## 19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Impostos, Taxas e Contribuições e Valores a Restituir a Consumidores

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				
ICMS (I)	462.891	496.916	5.660	-
COFINS	103.419	126.065	1.359	2.484
PASEP	22.478	27.154	244	484
INSS	17.868	19.522	1.820	1.913
Outros	25.500	34.915	675	960
	<b>632.156</b>	<b>704.572</b>	<b>9.758</b>	<b>5.841</b>
<b>Não Circulante</b>				
COFINS	24.699	24.216	871	-
PASEP	4.063	3.983	189	-
	<b>28.762</b>	<b>28.199</b>	<b>1.060</b>	<b>-</b>
	<b>660.918</b>	<b>732.771</b>	<b>10.818</b>	<b>5.841</b>
<b>Valores a serem restituídos a consumidores</b>				
<b>Não circulante</b>				
PASEP/COFINS (II)	1.096.460	1.087.230	-	-
	<b>1.096.460</b>	<b>1.087.230</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### (I) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017 as controladas Cemig D e Cemig GT aderiram ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Cemig D ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT da Cemig D, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, foi liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic, tendo sido a 6ª parcela quitada em 02 de abril de 2018.

- (II) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo potencial relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 31 de março de 2018 esse passivo é de R\$1.096.460 (R\$1.087.230 em 31 de dezembro de 2017), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.120.056 (R\$1.110.376 em 31 de dezembro de 2017), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$23.596 (R\$23.146 em 31 de dezembro de 2017). O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. O efeito líquido oriundo dos registros em questão no resultado do exercício de 2017 foi nulo.

## b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	34.919	88.152
Contribuição Social	11.292	27.144
	<b>46.211</b>	<b>115.296</b>

## 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2018			31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
KFW	2019	1,78	EURO	4.320	211	4.531	4.383
Eurobonds (3)	2024	9,25	USD	115.696	3.323.800	3.439.496	3.333.149
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	3.206	21.581	24.787	22.933
(-) Custos de Transação				-	(14.516)	(14.516)	(15.400)
(-) Juros Pagos Antecipadamente				-	(46.473)	(46.473)	(47.690)
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>123.222</b>	<b>3.284.603</b>	<b>3.407.825</b>	<b>3.297.375</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R\$	62.589	679.443	742.032	742.364
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	2.401	500.000	502.401	500.193
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	-	-	-	8.346
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	1.361	625.500	626.861	626.667
Eletrobrás	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	14.466	30.881	45.347	49.789
Grandes Consumidores	2024	Diversas	R\$	2.068	2.375	4.443	4.304
FINEP	2018	TJLP+5 e TJLP+8	R\$	1.572	-	1.572	2.359
Consórcio Pipoca	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90	R\$	123.966	-	123.966	121.470
Sonda (2)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	43.275	43.275	41.993
(-) Custos de Transação				(805)	(21.601)	(22.406)	(26.435)
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>207.803</b>	<b>1.859.873</b>	<b>2.067.676</b>	<b>2.071.235</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamento</b>				<b>331.025</b>	<b>5.144.476</b>	<b>5.475.501</b>	<b>5.368.610</b>
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2019	IPCA + 6,00	R\$	145.756	-	145.756	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2022	IPCA + 6,20	R\$	6.970	969.809	976.779	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (3)	2018	CDI + 1,70	R\$	717.120	-	717.120	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série (3)	2018	CDI + 1,60	R\$	517.750	-	517.750	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (3)	2020	IPCA + 8,07	R\$	1.734	31.322	33.056	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	168.574	1.373.237	1.541.811	1.683.557
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série (4)	2018	CDI + 0,69	R\$	-	-	-	447.114
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70	R\$	501.139	1.000.841	1.501.980	1.537.147
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10	R\$	5.294	891.324	896.618	920.197
Debêntures - 4ª Emissão - Série Única (4)	2018	CDI + 4,05	R\$	20.523	-	20.523	20.008
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	5.791	1.575.000	1.580.791	1.576.220
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	100.343	-	100.343	100.328
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,74	R\$	33.349	-	33.349	33.350
Debêntures (5)	2022	TJLP+1,82 (75%) e Selic+1,82 (25%)	R\$	33.137	114.654	147.791	155.377
Debêntures (5)	2019	116,50% do CDI	R\$	116	50.000	50.116	50.330
Debêntures (2)	2019	128,50% do CDI	R\$	20.760	1.883	22.643	26.552
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				(16.483)	-	(16.483)	(25.492)
(-) Custos de Transação				(4.738)	(41.890)	(46.628)	(49.674)
<b>Total de Debêntures</b>				<b>2.257.135</b>	<b>5.966.180</b>	<b>8.223.315</b>	<b>9.029.087</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>2.588.160</b>	<b>11.110.656</b>	<b>13.698.816</b>	<b>14.397.697</b>

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Controladora			
				31/03/2018			31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Sonda (2)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	43.275	43.275	-
(-) Custos de Transação				-	(555)	(555)	-
<b>Total de Empréstimos e Financiamento</b>				<b>-</b>	<b>42.720</b>	<b>42.720</b>	<b>-</b>
Debêntures (2)	2019	128,50% do CDI	R\$	20.760	1.883	22.643	-
(-) Custos de Transação				(304)	(27)	(331)	-
<b>Total de Debêntures</b>				<b>20.456</b>	<b>1.856</b>	<b>22.312</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral Controladora</b>				<b>20.456</b>	<b>44.576</b>	<b>65.032</b>	<b>-</b>

(1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$151.534, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$126.747. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Cemig Controladora;

(3) Cemig Geração e Transmissão;

(4) Cemig Distribuição;

(5) Gasmig;

(6) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota explicativa nº 28.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

#### Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2018, é garantido da seguinte forma:

	31/03/2018
Nota Promissória, Aval e Fiança	8.293.125
Recebíveis	3.959.463
Ações	1.250.893
Sem Garantia	195.335
<b>TOTAL</b>	<b>13.698.816</b>

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Euro	4.320	211	-	-	-	-	-	-	4.531
Dólar Norte-Americano	118.902	-	-	-	-	-	3.345.381	-	3.464.283
<b>Total por Moedas</b>	<b>123.222</b>	<b>211</b>					<b>3.345.381</b>		<b>3.468.814</b>
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	23.381	653.360	828.649	827.925	552.566	222.831	222.831	222.831	3.554.374
UFIR/RGR (2)	12.222	12.881	11.194	3.407	3.264	2.379	-	-	45.347
CDI (3)	1.572.217	994.117	1.118.917	1.526.055	1.432.140	-	-	-	6.643.446
URTJ/TJLP (4)	20.683	22.967	23.111	22.777	22.877	-	-	-	112.415
IGP-DI (5)	1.752	632	631	118	524	524	262	-	4.443
<b>Total por Indexadores</b>	<b>1.630.255</b>	<b>1.683.957</b>	<b>1.982.502</b>	<b>2.380.282</b>	<b>2.011.371</b>	<b>225.734</b>	<b>223.093</b>	<b>222.831</b>	<b>10.360.025</b>
(-) Custos de Transação	(1.963)	(15.052)	(16.725)	(20.758)	(13.957)	(193)	(14.709)	(193)	(83.550)
(-) Juros Pagos									
Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(46.473)	-	(46.473)
<b>Total Geral</b>	<b>1.751.514</b>	<b>1.669.116</b>	<b>1.965.777</b>	<b>2.359.524</b>	<b>1.997.414</b>	<b>225.541</b>	<b>3.507.292</b>	<b>222.638</b>	<b>13.698.816</b>

Controladora	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
<b>Indexadores</b>									
CDI (3)	15.110	7.533	-	43.275	-	-	-	-	65.918
<b>Total por Indexadores</b>	<b>15.110</b>	<b>7.533</b>		<b>43.275</b>					<b>65.918</b>
(-) Custos de Transação	(220)	(111)		(555)					(886)
<b>Total Geral</b>	<b>14.890</b>	<b>7.422</b>		<b>42.720</b>					<b>65.032</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
- (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição % Acumulada no primeiro trimestre de 2018	Varição % Acumulada no primeiro trimestre de 2017	Indexador	Varição % Acumulada no primeiro trimestre de 2018	Varição % Acumulada no primeiro trimestre de 2017
Dólar Norte-Americano	0,48	(2,78)	IPCA	0,70	0,96
Euro	2,91	(1,42)	CDI	1,59	2,98
			TJLP	(3,57)	-

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>15.179.280</b>	-
Variação Monetária e Cambial	44.555	-
Encargos Financeiros Provisonados	468.742	-
Amortização do Custo de Transação	15.030	-
Encargos Financeiros Pagos	(477.684)	-
Amortização de Financiamentos	(517.245)	-
<b>Subtotal</b>	<b>14.712.678</b>	-
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	15.258	-
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>14.727.936</b>	-
		-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>14.397.697</b>	-
Variação Monetária e Cambial	54.705	-
Encargos Financeiros Provisonados	295.620	-
Amortização do Custo de Transação	9.000	-
Encargos Financeiros Pagos	(344.753)	-
Amortização de Financiamentos	(722.462)	-
<b>Subtotal</b>	<b>13.689.807</b>	-
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	9.009	-
Saldo de empréstimos advindo da incorporação da Telecom	-	65.032
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>13.698.816</b>	<b>65.032</b>

### Encargos Capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2018	31/03/2017
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	304.620	483.772
Encargos Financeiros no Intangível (1)	(8.272)	(22.351)
Efeito Líquido no Resultado	<b>296.348</b>	<b>461.421</b>

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,64%a.a. em 2018 (17,17%a.a. em 2017).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

## Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros com medição semestral, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo Banco do Brasil  Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
7ª emissão de debêntures  Cemig GT (2)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral
Eurobonds  Cemig GT (3)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 31/12/2017 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 31/12/2017 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral
Cédula de Crédito Bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 5ª Emissão de Debêntures  Cemig D (4)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 7,5 em 31/12/2017 7,5 em 30/06/2018 4,5 em 31/12/2018 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 31/12/2017 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
	Índice de Liquidez Corrente	0,6x em 31/12/2017 em diante	0,6x em 31/12/2017 em diante	
Debêntures GASMIG (5)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual

- (1) Foi incorporada às cláusulas de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo da Cemig GT junto ao Banco do Brasil S.A., a exigibilidade de cumprimento de índice financeiro semelhante ao índice exigido pela 7ª emissão de debêntures, mediante aditivos contratuais;
- (2) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões;
- (3) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x;
- (4) As Cédulas de Crédito Bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram aditadas em dezembro de 2017 e passaram a exigir Covenants semestrais conforme descrito acima. A 5ª Emissão de Debêntures foi emitida com exigibilidade de cumprimento dos Covenants;
- (5) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).



Em 31 de março de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas.

## 21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
<b>Passivo</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	30.384	36.591
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	129.390	206.022
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.131	2.154
Eficiência Energética	236.315	223.767
Pesquisa e Desenvolvimento	239.425	233.398
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.829	2.696
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	3.330	5.066
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	6.495	6.612
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	13.160	15.172
Encargo de Capacidade Emergencial	30.996	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	16	16
	<b>693.471</b>	<b>762.490</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>426.283</b>	<b>512.673</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>267.188</b>	<b>249.817</b>

## 22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>257.933</b>	<b>95.655</b>	<b>2.452</b>	<b>41.424</b>	<b>397.464</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	6.780	2.609	69	1.163	10.621
Contribuições Pagas	(1.610)	(1.564)	(39)	(111)	(3.324)
<b>Passivo Líquido em 31 de março de 2017</b>	<b>263.103</b>	<b>96.700</b>	<b>2.482</b>	<b>42.476</b>	<b>404.761</b>
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>333.484</b>	<b>111.568</b>	<b>2.659</b>	<b>11.786</b>	<b>459.497</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	7.917	2.694	64	320	10.995
Contribuições Pagas	(2.029)	(1.657)	(38)	(78)	(3.802)
<b>Passivo Líquido em 31 de março de 2018</b>	<b>339.372</b>	<b>112.605</b>	<b>2.685</b>	<b>12.028</b>	<b>466.690</b>
				<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Passivo Circulante</b>				<b>13.426</b>	<b>12.974</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				<b>453.264</b>	<b>446.523</b>

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.679.154</b>	<b>1.710.787</b>	<b>37.549</b>	<b>813.921</b>	<b>4.241.411</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	43.491	47.315	1.043	22.157	114.006
Contribuições Pagas	(32.678)	(25.318)	(607)	(1.683)	(60.286)
<b>Passivo Líquido em 31 de março de 2017</b>	<b>1.689.967</b>	<b>1.732.784</b>	<b>37.985</b>	<b>834.395</b>	<b>4.295.131</b>
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.068.355</b>	<b>1.809.441</b>	<b>38.505</b>	<b>269.880</b>	<b>4.186.181</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	47.985	45.581	953	6.760	101.279
Contribuições Pagas	(41.240)	(27.214)	(619)	(2.284)	(71.357)
<b>Passivo Líquido em 31 de março de 2018</b>	<b>2.075.100</b>	<b>1.827.808</b>	<b>38.839</b>	<b>274.356</b>	<b>4.216.103</b>
				<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Passivo Circulante</b>				<b>242.388</b>	<b>231.894</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				<b>3.973.715</b>	<b>3.954.287</b>

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$83.271 (R\$94.638 no primeiro trimestre de 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$18.007(R\$19.368 no primeiro trimestre de 2017).

#### Dívida pactuada com o fundo de Pensão - FORLUZ

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$704.887 em 31 de março de 2018 (R\$720.498 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia e suas controladas mantem o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

## Contratos de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativo aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de março de 2018, o montante total a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$383.964 (R\$283.291 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até dezembro de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

## 23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2018
Trabalhistas	473.874	17.054	-	(3.090)	487.838
Cíveis					
Relações de Consumo	18.632	5.005	(320)	(4.519)	18.798
Outras ações cíveis	43.105	82	(6.066)	(64)	37.057
	<b>61.737</b>	<b>5.087</b>	<b>(6.386)</b>	<b>(4.583)</b>	<b>55.855</b>
Tributárias	57.048	69	-	(27)	57.090
Ambientais	45	28	-	(27)	46
Regulatórias	39.812	3.385	-	(237)	42.960
Outras	45.597	1.099	(2.782)	(42)	43.872
<b>Total</b>	<b>678.113</b>	<b>26.722</b>	<b>(9.168)</b>	<b>(8.006)</b>	<b>687.661</b>

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2017
Trabalhistas	349.273	66.578	(3.272)	(14.196)	398.383
Cíveis					-
Relações de Consumo	14.741	3.489	(526)	(3.624)	14.080
Outras ações cíveis	40.443	4.513	(31)	(397)	44.528
	<b>55.184</b>	<b>8.002</b>	<b>(557)</b>	<b>(4.021)</b>	<b>58.608</b>
Tributárias	69.922	1.594	-	(422)	71.094
Ambientais	39	1	-	-	40
Regulatórias	43.100	1.082	(4)	(79)	44.099
Societárias	239.445	-	-	-	239.445
Outras	58.054	6.326	-	(1.532)	62.848
<b>Total</b>	<b>815.017</b>	<b>83.583</b>	<b>(3.833)</b>	<b>(20.250)</b>	<b>874.517</b>

	Controladora					31/03/2018
	31/12/2017	Incorporação da Telecom	Adições	Reversões	Liquidações	
Trabalhistas	38.603	22	1.110	-	(299)	39.436
Cíveis						
Relações de Consumo	1.024	-	714	-	(307)	1.431
Outras ações cíveis	958	-	14	-	-	972
	<b>1.982</b>	-	<b>728</b>	-	<b>(307)</b>	<b>2.403</b>
Tributárias	7.473	-	15	-	(12)	7.476
Regulatórias	13.959	-	2.959	-	(40)	16.878
Outras	1.177	-	31	(67)	-	1.141
<b>Total</b>	<b>63.194</b>	<b>22</b>	<b>4.843</b>	<b>(67)</b>	<b>(658)</b>	<b>67.334</b>

	Controladora					31/03/2017
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações		
Trabalhistas	34.928	2.463	(3.016)	(2.463)	31.912	
Cíveis					-	
Relações de Consumo	1.435	1	(412)	-	1.024	
Outras ações cíveis	3.238	604	(31)	(2)	3.809	
	<b>4.673</b>	<b>605</b>	<b>(443)</b>	<b>(2)</b>	<b>4.833</b>	
Tributárias	8.869	604	-	(113)	9.360	
Regulatórias	21.614	569	-	-	22.183	
Societárias	239.445	-	-	-	239.445	
Outras	466	35	-	-	501	
<b>Total</b>	<b>309.995</b>	<b>4.276</b>	<b>(3.459)</b>	<b>(2.578)</b>	<b>308.234</b>	

A Administração da Companhia e suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

#### Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.973.864 (R\$1.854.257 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$487.838 foram provisionados (R\$473.874 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

#### Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$48.922 (R\$56.017 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$18.798 (R\$18.632 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

#### Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$221.703 (R\$218.455 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$37.057 (R\$43.105 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

#### Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$162.910 (R\$159.109 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$42.414 (R\$43.970 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$125.423 (R\$121.948 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$14.676 foram provisionados (R\$13.078 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$70.192 (R\$68.097 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$46 foram provisionados (R\$45 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$212.839 (R\$222.434 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$42.960 (R\$39.812 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

#### *Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$32.969 (R\$31.987 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

#### *Outras Ações*

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$164.765 (R\$170.158 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$10.903 foram provisionados (R\$13.655 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

## **Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial**

### Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

#### *Indenização do Anuênio*

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$269.367 (R\$267.432 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$314.307 (R\$311.138 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

#### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.541.934 (R\$1.647.343 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

#### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$282.004 (R\$274.836 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

### *Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação*

A Companhia propôs ação ordinária que envolve pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes no valor aproximado de R\$582.802 (R\$576.386 em 31 de dezembro de 2017), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

### *Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária*

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$214.670 (R\$212.393 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$329.491 (R\$322.196 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

### Questões Regulatórias

#### *Contribuição para Iluminação Pública (CIP)*

A Companhia e a Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados com diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.



A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.244.323 (R\$1.224.274 em 31 de dezembro de 2017), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$294.881 (R\$287.515 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Cemig GT classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

#### *Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética*

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$206.919 (R\$201.586 em 31 de dezembro de 2017). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Cemig GT concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

### Majoração tarifária

#### *Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Cemig e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Cemig e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$282.269 (R\$275.458 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

### Questões Ambientais

#### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$130.250 (R\$126.664 em 31 de dezembro de 2017).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$81.116 (R\$79.378 em 31 de dezembro de 2017).

#### Outros Passivos Contingentes

##### *Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar*

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio R\$400.569 (R\$397.897 em 31 de dezembro de 2017) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

##### *Desequilíbrio Contratual*

A Cemig D é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$268.062 (R\$261.281 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Controladora é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$82.335 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

##### *Irregularidades em Procedimentos Licitatórios*

A Cemig D é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.324 (R\$26.149 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

### (a) Aumento de capital na Cemig

Em 26 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovaram por unanimidade a proposta do Conselho de Administração referente ao aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de até 199.910.947 novas ações, com valor nominal de R\$5,00 cada, fazendo jus aos mesmos direitos concedidos às ações da mesma classe que originaram o aumento do capital.

Foi subscrito pelos acionistas o valor de R\$1.215.223 até 31 de dezembro de 2017, correspondendo a 184.965.518 ações, ao preço de R\$6,57 por ação. As sobras não subscritas foram de 14.945.429, sendo 13.139.679 ON e 1.815.750 PN,.

Em 21 de março de 2018, a Cemig alienou a totalidade das sobras das ações não subscritas, por meio de oferta pública de lote único e indivisível e que resultou em um volume financeiro de R\$110.700. Foram alienadas 13.139.799 sobras de ações ON em um valor médio de R\$7,30, no total de R\$95.773, e 1.815.750 sobras de ações PN em um valor médio de R\$8,22, no valor total de R\$14.927.

Concluindo a operação, em 23 de abril de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital da Companhia no valor de R\$999.555, passando o capital de R\$6.294.208 para R\$7.293.763, mediante a emissão de 199.910.947 novas ações, com valor nominal de R\$5,00 cada, sendo 66.849.505 ordinárias e 133.061.442 preferenciais.

O valor subscrito pelos acionistas foi de R\$1.324.773, sendo que a diferença entre o aumento de capital e o valor subscrito, no valor de R\$325.218 será registrado na Reserva de Capital.

### (b) Lucro por ação

Considerando o aumento de capital em 23 de abril de 2018 descrito acima, o cálculo do lucro básico e diluído é apresentado a seguir:

Quantidade de ações	31/03/2018	31/03/2017
Ações ordinárias já capitalizadas	420.764.708	420.764.708
Ações ordinárias a serem capitalizadas	66.849.505	-
Ações em Tesouraria	(69)	-
	487.614.144	420.764.708
Ações preferenciais já capitalizadas	838.076.946	838.076.946
Ações preferenciais a serem capitalizadas	133.061.442	
Ações em Tesouraria	(560.649)	(560.718)
	970.577.739	837.516.228
<b>Total</b>	<b>1.458.191.883</b>	<b>1.258.280.936</b>

## Lucro básico e diluído por ação

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro líquido do período(A)	464.449	342.596
Total de ações (B)	1.458.191.883	1.258.280.936
<b>Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R\$)</b>	<b>0,319</b>	<b>0,2729</b>

Considerando que as ações subscritas a serem capitalizadas têm direito aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, caso estas tivessem sido consideradas no cálculo do lucro básico e diluído por ação relativo ao trimestre findo em 31 de março de 2017, o resultado do mesmo seria 0,2349.

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 29 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

### (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(234.520)	(234.519)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	648.694	638.517
Variação de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	-	139
Ajustes de Conversão de Balanço	537	398
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(1.241.559)	(1.241.144)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	87	87
	(592.241)	(602.003)
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(826.761)</b>	<b>(836.522)</b>

## 25. RECEITA

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.397.905	5.771.613
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	373.741	463.049
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	441.156	(302.602)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	100.991	92.500
Receita de Construção de Transmissão (e)	1.063	2.920
Receita de Indenização de Transmissão (g)	49.841	65.830
Receita de Indenização da Geração (h)	17.245	-
Receita de Construção de Distribuição (e)	176.797	197.639
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (i)	792	1.227
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f)	81.827	79.506
Transações com energia na CCEE (i)	134.327	226.648
Fornecimento de Gás	428.071	410.541
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(16.446)	-
Outras Receitas Operacionais (k)	462.113	347.869
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (l)	(2.713.992)	(2.543.810)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.935.431</b>	<b>4.812.930</b>

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018, esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15

### a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Residencial	2.593.117	2.537.050	1.917.981	1.991.413
Industrial	4.028.060	4.253.259	1.105.786	1.181.771
Comércio, Serviços e Outros	2.042.937	1.912.090	1.069.278	1.140.139
Rural	765.502	798.476	342.763	368.314
Poder Público	213.598	210.613	120.850	131.139
Iluminação Pública	343.406	334.480	124.416	129.852
Serviço Público	322.058	314.937	134.272	144.258
Subtotal	<b>10.308.678</b>	<b>10.360.905</b>	<b>4.815.346</b>	<b>5.086.886</b>
Consumo Próprio	12.124	9.262	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(81.954)	35.746
	<b>10.320.802</b>	<b>10.370.167</b>	<b>4.733.392</b>	<b>5.122.632</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.632.799	2.894.117	701.491	457.794
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(36.978)	191.187
Total	<b>12.953.601</b>	<b>13.264.284</b>	<b>5.397.905</b>	<b>5.771.613</b>

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

### b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

### c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 14.

### d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$2.927 no trimestre findo em 31 de março de 2018.

#### **e) Receita de Construção**

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridos, até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

#### **f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga**

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

#### **g) Receita de Indenização da Transmissão**

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor de R\$49.841 (R\$65.830 no trimestre findo em 31 de março de 2017) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14.

#### **h) Receita de Indenização da Geração**

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$17.245 referente à atualização do saldo do ativo financeiro relativo à indenização das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14.

#### **i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

## j) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

## k) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Serviço Taxado	2.936	2.056
Serviço de Telecomunicações	44.037	36.242
Prestações de Serviços	41.711	35.284
Subvenções (1)	265.272	242.682
Aluguel e Arrendamento	20.915	28.936
Ressarcimento de energia descontratada (2)	84.092	-
Outras	3.150	2.669
	<b>462.113</b>	<b>347.869</b>

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

(2) Ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição. O valor será liquidado em 24 parcelas mensais atualizados mensalmente pela SELIC.

## l) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS	1.253.097	1.331.246
COFINS	558.380	529.287
PIS-PASEP	121.232	114.907
Outros	2.248	1.900
	<b>1.934.957</b>	<b>1.977.340</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	5.240	9.867
Programa de Eficiência Energética – PEE	13.213	12.787
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	587.855	443.621
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	8.513	10.453
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	8.513	10.453
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	4.257	5.227
Encargos do Consumidor - PROINFA	10.241	9.663
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	6.217	8.310
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	18.214	26.831
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	116.772	29.258
	<b>779.035</b>	<b>566.470</b>
	<b>2.713.992</b>	<b>2.543.810</b>



## 26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal (a)	331.664	381.208	7.469	16.676
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	19.577	18.884	1.411	492
Obrigações Pós-Emprego - nota 22	83.271	94.638	10.109	9.668
Materiais	15.290	11.279	42	16
Serviços de Terceiros (b)	235.793	208.624	1.967	2.717
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.263.693	2.093.088	-	-
Depreciação e Amortização	212.991	201.365	118	135
Provisões (Reversões) e ajustes para perdas Operacionais (d)	133.207	208.532	39.311	16.468
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	392.542	206.497	-	-
Gás Comprado para Revenda	263.233	222.512	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	180.669	200.559	-	-
Outras Despesas (Receitas) Operacionais Líquidas (f)	66.363	96.516	2.855	3.200
	<b>4.198.293</b>	<b>3.943.702</b>	<b>63.282</b>	<b>49.372</b>

### a) Despesas com Pessoal

#### Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 terá o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O PDVP 2018 teve a adesão de 175 empregados, com um custo estimado de R\$28.129 a ser reconhecido no 2º trimestre de 2018.

## b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	30.696	33.376	-	-
Comunicação	18.409	14.846	126	62
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	78.393	64.033	5	19
Conservação e Limpeza de Prédios	25.930	22.502	58	167
Mão de Obra Contratada	3.941	2.386	-	-
Fretes e Passagens	847	1.295	115	382
Hospedagem e Alimentação	2.584	2.998	39	41
Vigilância	4.978	5.313	-	-
Consultoria	3.288	2.994	38	150
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	595	782	-	-
Tecnologia da Informação	11.161	13.096	192	141
Manutenção e Conservação de Veículos	498	5.741	-	14
Corte e Religação	10.139	4.279	-	-
Meio Ambiente	2.134	4.789	-	-
Serviços Advocatícios	4.781	2.893	271	292
Custas Processuais	371	443	-	10
Poda de Árvores	4.029	3.657	-	-
Limpeza de Faixa	5.973	1.076	-	-
Reprografia e Publicações Legais	4.207	3.776	71	30
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.863	628	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	500	700	-	-
Outras Despesas	20.476	17.802	1.052	1.409
	<b>235.793</b>	<b>208.624</b>	<b>1.967</b>	<b>2.717</b>

## c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Energia de Itaipu Binacional	288.243	294.046
Contratos por Cotas de Garantia Física	171.384	109.154
Cotas das Usinas de Angra I e II	66.712	60.944
Energia de curto prazo	219.111	157.403
PROINFA	79.848	75.322
Contratos Bilaterais	105.085	71.913
Energia adquirida através de Leilão em Ambiente Regulado	723.513	742.232
Energia adquirida no Ambiente Livre	823.936	788.110
Créditos de PASEP-COFINS	(214.139)	(206.036)
	<b>2.263.693</b>	<b>2.093.088</b>

#### d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	76.183	66.195	-	-
Perdas estimadas em outros créditos a receber	560	-	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (1)				
Trabalhistas	17.054	63.306	1.110	(553)
Cíveis	(1.299)	7.445	728	162
Tributárias	69	1.594	15	604
Ambientais	28	1	-	-
Regulatórias	3.385	1.078	2.959	569
Outras	(1.683)	6.326	(36)	35
	<b>17.554</b>	<b>79.750</b>	<b>4.776</b>	<b>817</b>
	<b>94.297</b>	<b>145.945</b>	<b>4.776</b>	<b>817</b>
Ajustes para perdas				
Opção de venda Parati (Nota 29)	34.535	15.651	34.535	15.651
Opção de venda SAAG (Nota 29)	4.375	46.936	-	-
	<b>38.910</b>	<b>62.587</b>	<b>34.535</b>	<b>15.651</b>
	<b>133.207</b>	<b>208.532</b>	<b>39.311</b>	<b>16.468</b>

(1) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período consolidado como despesas operacionais.

#### e) Custo de Construção

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal e Administradores	14.570	10.246
Materiais	75.934	79.630
Serviços de Terceiros	74.028	87.797
Outros	16.137	22.886
	<b>180.669</b>	<b>200.559</b>

#### f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Arrendamentos e Aluguéis	22.495	23.988	829	595
Propaganda e Publicidade	1.512	832	4	-
Consumo Próprio de Energia Elétrica	6.597	5.510	-	-
Subvenções e Doações	1.805	3.533	-	-
Concessão Onerosa	778	752	-	-
Seguros	1.918	2.524	402	851
Anuidade CCEE	1.924	2.028	-	-
Resultado Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.982	2.560	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	7.862	6.471	278	320
Agentes Arrecadores	17.458	17.452	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	-	14.554	-	-
Outras Despesas	2.031	16.312	1.342	1.434
	<b>66.362</b>	<b>96.516</b>	<b>2.855</b>	<b>3.200</b>

(1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018 esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

## 27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicação Financeira	23.727	64.830	2.575	15.765
Acréscimos Moratórios sobre Venda de Energia	75.662	72.864	-	-
Variações Cambiais	2.508	8.387	-	-
Variação Monetária	5.186	8.398	-	1.028
Variação Monetária - CVA	447	-	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	6.452	9.936	7.347	4.232
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(8.927)	(11.112)	(549)	(1.150)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 29)	97.517	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	6.790	12.303	-	-
Outras	32.492	14.285	1.875	3.705
	<b>241.854</b>	<b>179.891</b>	<b>11.248</b>	<b>23.580</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(287.348)	(446.391)	-	-
Amortização do custo de transação	(9.000)	(15.030)	-	-
Variações Cambiais	(19.374)	-	-	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(38.673)	(43.407)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(664)	(380)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(18.007)	(19.368)	(886)	(953)
Variação Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	(9.562)	-	-
Variação Monetária - CVA	-	(6.169)	-	-
Atualização Financeira – Adiantamento de Clientes	(3.619)	(12.561)	-	-
Outras	(22.969)	(19.769)	(8)	(174)
	<b>(399.654)</b>	<b>(572.637)</b>	<b>(894)</b>	<b>(1.127)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(157.800)</b>	<b>(392.746)</b>	<b>10.354</b>	<b>22.453</b>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Controlador</b>								
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (1)	99.938	54.926	-	-	30.588	36.360	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	1.311	1.220	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais – AFAC (2)	238.869	235.018	-	-	3.851	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (1)	36.617	50.349	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	874	1.119	-	-	-	-	-	-
<b>Controlada em conjunto</b>								
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	7.087	7.105	-	-	(38.088)	(35.127)
Prestação de Serviços (4)	1.709	1.657	-	-	3.269	2.603	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	45.315	72.315	-	-	-	-	-	-
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	852	858	223	215	(1.805)	(1.630)
Prestação de Serviço (4)	214	211	-	-	-	-	-	-
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	13.085	56.531	8.552	5.451	(148.493)	(140.026)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	76.428	66.185	-	-	3.373	2.955	-	-
Ressarcimento de Energia Descontratada (6)	42.046	-	-	-	135	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	-	6.870	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento de Energia Descontratada (6)	35.038	-	-	-	-	-	-	-
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	130	130	5.242	3.640	3.967	1.298	(43.411)	(27.208)
<b>Lightger</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	-	-	(4.629)	(4.846)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	445	-	-	-	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Pipoca</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.218	-	-	-	(5.167)	(3.567)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	584	-	-	-	-	-	-
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	523	528	-	-	(1.142)	(1.486)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.581	2.581	-	-	-	-	-	-
<b>Centroeste</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.201	-	-	-	-	-	-	-
<b>Renova</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	43	1.744	-	-	(30.866)	(51.504)
<b>Não Circulante</b>								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	47.072	-	-	-	522	27.725	-	-
Contas a Receber (8)	358.789	350.200	-	-	8.589	17.043	-	-
<b>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	2.690	2.882	-	-	(5.972)	(6.547)
<b>Light</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	2.720	1.128	484	483	15.584	12.489	(254)	(205)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	6.489	-	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	11.517	12.105	-	-	(31.613)	(28.498)
Prestação de Serviço (4)	172	404	-	-	139	134	-	-
<b>Companhia Transirapê de Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	911	964	-	-	(2.353)	(2.433)
Prestação de Serviços (4)	90	90	-	-	319	314	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	1.413	-	-	-	-	-	-
<b>Axxiom</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de serviços (9)	-	-	2.605	2.982	-	-	-	-
<b>Transudeste</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	182	191	-	-	(405)	(352)
Prestação de serviços (4)	156	175	-	-	130	150	-	-
<b>Transleste</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	293	308	-	-	(653)	(697)
Prestação de serviços (4)	120	120	-	-	276	272	-	-
<b>Hidrelétrica Cachoeirão</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	6.662	-	-	-	-	-	-	-
<b>Parati</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	6.167	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e Equivalentes	118.856	322.423	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	430.128	1.037.423	-	-	8.515	36.800	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (10)	(16.483)	(25.493)	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	9.949	30.124	-	-	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (11)	-	-	116.827	108.843	-	-	(47.985)	(43.491)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definitiva (12)	-	-	-	-	-	-	(19.092)	(21.651)
Custeio Administrativo (13)	-	-	-	-	-	-	(7.862)	(6.471)
Arrendamento Operacional (14)	-	-	1.616	4.998	-	-	(11.528)	(11.775)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (11)	-	-	1.958.273	1.959.512	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (15)	-	-	116.953	115.045	-	-	(46.534)	(48.358)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (15)	-	-	1.749.964	1.633.291	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto, no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi recebida em dezembro de 2017 e as demais possuem vencimento até novembro de 2019;
- (2) Refere-se a contas a receber decorrente do recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais, transferido para a rubrica Contas a Receber do Estado de Minas Gerais em 30 de setembro de 2017 em decorrência da assinatura do Termo de Reconhecimento de Débito pelo Governo do Estado (vide Nota Explicativa 11);
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (5) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feitos em 2017 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia. O pagamento está sendo efetuado através de faturas de suprimento de energia emitidas a partir de janeiro de 2018, em 12 parcelas;

- (6) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC. As duas primeiras parcelas foram recebidas em fevereiro e março de 2018 e as demais possuem vencimento até janeiro de 2020;
- (7) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivadora vincendos nos meses de abril a agosto de 2018, descontados à taxa de 155% do Certificado de Depósitos Interbancários divulgado pela Cetip;
- (8) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R\$359 milhões a serem liquidadas em parcelas mensais, com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização pela variação de 150% a 155% do CDI;
- (9) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- (10) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (11) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 22);
- (12) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (13) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (14) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (15) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

## Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Cemig GT	-	-	364.230	564.230
Outras	68.938	76.893	14.443	38.819
	<b>68.938</b>	<b>76.893</b>	<b>378.673</b>	<b>603.049</b>

## Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/03/2018	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.532.991	2042
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.919.421	2034
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	804.199	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	7.573	2023
				<b>5.947.799</b>	

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 31 de março de 2018, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

## Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 31 de março de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2018				
				Cemig 1,95%	Cemig GT 8,01%	Cemig D 3,22%	Demais controladas 32,00% (1)	Total 45,18%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	200	820	330	5.242	6.592
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	400	1.643	661	10.352	13.056
				<b>600</b>	<b>2.463</b>	<b>991</b>	<b>15.594</b>	<b>19.648</b>

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2017				
				Cemig 4,17%	Cemig GT 26,85%	Cemig D 19,90%	Demais controladas 21,36% (1)	Total 72,28%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	420	2.706	2.005	2.152	7.283
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	834	5.375	3.983	4.276	14.468
				<b>1.254</b>	<b>8.081</b>	<b>5.988</b>	<b>6.428</b>	<b>21.751</b>

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

## Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, no período de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	7.703	6.623
Participação nos Resultados (Reversão)	142	41
Benefícios Assistenciais	522	372
<b>Total</b>	<b>8.367</b>	<b>7.036</b>

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas se referem a Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia, Adiantamentos a Fornecedores, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso de Subsídios Tarifários, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Valores a Receber de Partes Relacionadas, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações com concessões a pagar e Fornecedores, Dívida Pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Obrigações Pós-Emprego, Opções de Venda e Swaps, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.



Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas encontram-se classificados conforme abaixo:

- **Custo Amortizado:** encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários - Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Adiantamentos a Fornecedores, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso de Subsídios Tarifários, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão, Bonificação pela Outorga de Concessões de Geração e Valores a Receber de Partes Relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização, similares aos valores justos;
- **Valor justo por meio do resultado:**
  1. *Títulos e Valores Mobiliários*, no montante de R\$419.624 (R\$1.043.893 em 31 de dezembro de 2017). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
  2. *Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição* – mensurados através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), levando em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base fatores como o valor novo de reposição (VNR) e atualização pelo IPCA, que são considerados equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
  3. *Indenizações a Receber – Transmissão* – mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig;
  4. *Indenizações a Receber – Geração*
    - *Usinas operadas em regime de cotas* – mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão, e atualização pela SELIC a partir da publicação da Portaria nº 291, de 3 de agosto de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 04; e,
    - *Usinas Miranda e São Simão* - mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme estimativas da Companhia, a serem atualizados após a homologação dos valores pela ANEEL;

5. *Instrumentos financeiros derivativos - operações de Swap* –reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado;
  6. *Instrumentos financeiros derivativos - opções de venda* – mensuradas pelos valores justos mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM).
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os empréstimos e financiamentos, debêntures, dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, plano de regularização de créditos tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, fornecedores, adiantamento de clientes e passivos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA). São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

## Instrumentos Financeiros – Derivativos

### Opções de Venda

A Companhia possui determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de março de 2018; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

As opções da Companhia, em 31 de março de 2018 são como segue:

Consolidado	Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/12/2017
Opção de Venda RME	541.767	507.232
Opção de Venda SAAG	316.050	311.593
Opção de Venda /Compra – Ativas e Sonda	(3.883)	(3.801)
	<b>853.934</b>	<b>815.024</b>

## Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Cemig GT utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de março de 2018 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias um passivo no valor de R\$316.050 (R\$311.593 em 31 de dezembro de 2017), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173
Ajuste a Valor Justo	46.936
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>243.109</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	4.457
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>316.050</b>

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 5,66% a 9,66% ao ano e volatilidade entre 19% e 79% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$284.810 e R\$375.389, respectivamente.

## Opção de Venda de ações da RME

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da RME – Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), uma opção de venda da totalidade das ações da RME de propriedade do Fundo, exercível originalmente em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na investida, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela RME.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

A RME possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa investida. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Em 22 de novembro de 2017 a Cemig firmou com o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), a BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“BV Financeira”) e o BB-Banco de Investimento S.A. (“BB-BI” e, em conjunto, “Bancos Acionistas”) o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), para formalizar a postergação parcial da data de exercício da Opção de Venda outorgada pela Cemig aos Bancos Acionistas, passando a data de exercício de 30 de novembro de 2017 para 30 de novembro de 2018.

### *Valor da exposição da Companhia*

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017.

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.149.881</b>
Variação do valor justo	15.651
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>1.165.532</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>507.232</b>
Variação do valor justo	34.535
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>541.767</b>

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 31 de março de 2018 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 2,55% a 10,55% ao ano e volatilidade entre 20,0% e 90,0% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$525.279 e R\$558.945, respectivamente.

### **Opções Sonda**

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por CEMIGTelecom) e Venda (emitido por Sonda). Com a incorporação da Cemig Telecom pela Cemig, ocorrida em em 31 de março de 2018, o contrato de opção passa a ser entre a Cemig e Sonda.

Assim, a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, i.e. pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2018. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de março de 2018, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se se no valuation elaborado pela mesma consultoria especializada responsável pelo cálculo das opções. A data base da avaliação é 31 de março de 2018, mesma data de fechamento das Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de março de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

O efeito líquido do cálculo das opções de compra e venda de ações da Ativas representou um ganho de R\$82 reconhecido no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2018.

### Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ganho, em 31 de março de 2018, no montante de R\$97.517, registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 31/03/2018	Valor justo 31/03/2018	Valor Conforme contrato 31/12/2017	Valor justo 31/12/2017
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	De 03/2018 Até 12/2024	Balcão	US\$1.000.000	69.865	65.055	50.792	(32.462)

- 1) Para o valor do principal, a operação de Swap tem piso em R\$3,25 e teto em R\$5,00.
- 2) Em milhares de US\$.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

## Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

### Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2018		31/12/2017	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	1.042.203	3.464.283	1.014.535	3.356.082
Fornecedores (Itaipu Binacional)	68.085	226.315	73.698	240.220
	1.110.288	3.690.598	1.088.233	3.596.302
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 20)	1.363	4.531	1.105	4.383
<b>Passivo Líquido Exposto</b>		<b>3.695.129</b>		<b>3.600.685</b>

(\*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

### Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2019 será uma valorização de 5,23% para o dólar (R\$3,50) e uma redução de 1,32% para o Euro (R\$4,03). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2018	Cenário Provável Dólar R\$3,50 Euro R\$4,03	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00% Dólar R\$4,37 Euro R\$5,04	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00% Dólar R\$5,25 Euro R\$6,05
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	3.464.283	3.645.626	4.557.554	5.468.439
Fornecedores (Itaipu Binacional)	226.315	238.162	297.737	357.243
	<b>3.690.598</b>	<b>3.883.788</b>	<b>4.855.291</b>	<b>5.825.682</b>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos	4.531	4.471	5.589	6.707
Passivo Líquido Exposto	<b>3.695.129</b>	<b>3.888.259</b>	<b>4.860.880</b>	<b>5.832.389</b>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<b>193.130</b>	<b>1.165.751</b>	<b>2.137.260</b>

## Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2018. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	380.330	916.762
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	448.449	1.088.137
Contas a Receber – Renova (nota 28)	358.789	350.200
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	174.600	122.920
Fundos Vinculados	108.197	106.227
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 14)	397.760	369.010
Geração - Indenização a Receber - SELIC (nota 14)	1.101.591	1.084.346
Ressarcimento – Descontratação de Energia (nota 28)	77.084	
Créditos junto à Eletrobrás	-	4.216
	<b>3.046.800</b>	<b>4.041.818</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 20)	(6.643.446)	(7.202.558)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 20)	(112.415)	(118.891)
Venda Antecipada de Energia Elétrica - CDI	(176.871)	(188.344)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 14)	(155.214)	(414.800)
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT (nota 19)	-	(282.876)
	(7.087.946)	(8.207.469)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(4.041.146)</b>	<b>(4.165.651)</b>

(\*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2019, as taxas SELIC e TJLP serão de 6,25%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.



Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2018	31 de março de 2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,25% TJLP 6,25%	Cenário Possível SELIC 7,81% TJLP 7,81%	Cenário Remoto SELIC 9,38% TJLP 9,38%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa	380.330	404.101	410.034	416.005
Títulos e Valores Mobiliários	448.449	476.477	483.473	490.514
Valores a Receber de Parte Relacionada – Renova (nota 28)	358.789	381.213	386.810	392.443
Adiantamento a Fornecedores	174.600	185.513	188.236	190.977
Fundos Vinculados	108.197	114.959	116.647	118.346
CVA e Outros Componentes Financeiros - Selic	397.760	422.620	428.825	435.070
Ressarcimento – Descontratação de Energia (nota 28)	77.084	81.902	83.104	84.314
Geração - Indenização a Receber - SELIC (nota 14)	1.101.591	1.170.440	1.187.625	1.204.920
	<b>3.046.800</b>	<b>3.237.225</b>	<b>3.284.754</b>	<b>3.332.589</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 20)	(6.643.446)	(7.058.661)	(7.162.299)	(7.266.601)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 20)	(112.415)	(119.441)	(121.195)	(122.960)
Venda Antecipada de Energia Elétrica - CDI	(176.871)	(187.925)	(190.685)	(193.461)
CVA e Outros Componentes Financeiros (Nota 14)	(155.214)	(164.915)	(167.336)	(169.773)
	<b>(7.087.946)</b>	<b>(7.530.942)</b>	<b>(7.641.515)</b>	<b>(7.752.795)</b>
<b>Ativo (Passivo) Exposto Líquido</b>	<b>(4.041.146)</b>	<b>(4.293.717)</b>	<b>(4.356.761)</b>	<b>(4.420.206)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros</b>		<b>(252.571)</b>	<b>(315.615)</b>	<b>(379.060)</b>

### Risco de Elevação da Inflação

A Companhia e suas controladas não estão expostas ao risco de elevação da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2018	31/12/2017
<b>Ativos</b>		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 14)	112.034	110.832
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais – IGPM (TARD)	109.473	107.614
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 14)	1.852.673	1.928.038
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 14)	2.357.819	2.337.135
	<b>4.431.999</b>	<b>4.483.619</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.554.376)	(3.800.889)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(704.887)	(720.498)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(383.964)	(283.291)
	<b>(4.643.227)</b>	<b>(4.804.678)</b>
<b>Ativo (Passivo) Líquido Exposto</b>	<b>(211.228)</b>	<b>(321.059)</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2019, a taxa IPCA será de 4,32%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2018	31 de março de 2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,32% IGPM 4,15%	Cenário Possível IPCA 5,40% IGPM 5,19%	Cenário Remoto IPCA 6,48% IGPM 6,23%
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (*)	112.034	116.874	118.084	119.294
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 14)	1.852.673	1.932.708	1.952.717	1.972.726
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais – IGPM	109.473	114.016	115.155	116.293
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 14)	2.357.819	2.459.677	2.485.141	2.510.606
	<b>4.431.999</b>	<b>4.623.275</b>	<b>4.671.097</b>	<b>4.718.919</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.554.376)	(3.707.925)	(3.746.312)	(3.784.700)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(704.887)	(735.338)	(742.951)	(750.564)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(383.964)	(400.551)	(404.698)	(408.845)
	<b>(4.643.227)</b>	<b>(4.843.814)</b>	<b>(4.893.961)</b>	<b>(4.944.109)</b>
<b>Ativo (Passivo) Líquido Exposto</b>	<b>(211.228)</b>	<b>(220.539)</b>	<b>(222.864)</b>	<b>(225.190)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M</b>		<b>(9.311)</b>	<b>(11.636)</b>	<b>(13.962)</b>

(\*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

## **Risco de Liquidez**

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	84.878	263.373	3.091.723	10.944.063	6.119.686	20.503.723
Concessões a pagar	248	490	2.117	9.657	14.915	27.427
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLU	22.492	22.495	103.165	612.034	217.109	977.295
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 23)	6.868	13.802	63.218	375.038	1.068.361	1.527.287
	<b>114.486</b>	<b>300.160</b>	<b>3.260.223</b>	<b>11.940.792</b>	<b>7.420.071</b>	<b>23.035.732</b>
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.400.653	125.111	23.953	-	-	1.549.717
	<b>1.515.139</b>	<b>425.271</b>	<b>3.284.176</b>	<b>11.940.792</b>	<b>7.420.071</b>	<b>24.585.449</b>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	4.064	17.633	55.452	-	77.149
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	1.107	1.107	5.076	30.112	10.682	48.084
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 23)	169	339	1.555	9.226	26.281	37.570
	<b>1.276</b>	<b>1.446</b>	<b>6.631</b>	<b>39.338</b>	<b>36.963</b>	<b>85.654</b>
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	6.632	-	-	-	-	6.632
	<b>7.908</b>	<b>1.446</b>	<b>6.631</b>	<b>39.338</b>	<b>36.963</b>	<b>92.286</b>

### Risco de Crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negatização de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2018, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$726.175.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)*
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

\* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

### Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 100% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

### **Risco de continuidade da concessão**

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

### **Risco Hidrológico**

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

### **Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas**

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Vide nota explicativa nº 20.

## Administração de Capital

A comparação do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio é apresentada seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Total do Passivo	25.897.512	27.909.453
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(422.328)	(1.030.257)
(-) Fundos Vinculados	(108.197)	(106.227)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>25.366.987</b>	<b>26.772.969</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>14.836.745</b>	<b>14.330.136</b>
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,71	1,87

## 30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos financeiros e os seus respectivos valores justos:

	Saldo em 31 de março de 2018	Valor justo em 31 de março de 2018		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	380.330	-	380.330	-
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	28.825	-	28.825	-
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	3.652.038	-	3.652.038	-
Fundos Vinculados	108.197	-	108.197	-
Adiantamentos a Fornecedores	174.600	-	174.600	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	238.869	-	238.869	-
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	397.760	-	-	397.760
Reembolso de Subsídios Tarifários	225.493	-	225.493	-
Subvenção Baixa Renda	27.043	-	27.043	-
Depósitos Vinculados a Litígios	2.359.736	-	2.359.736	-
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	546.672	-	-	546.672
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	2.357.819	-	-	2.357.819
Outros Créditos	1.157.403	-	1.157.403	-
	<b>11.654.785</b>	<b>-</b>	<b>8.352.534</b>	<b>3.302.251</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	1.774	-	1,774	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	221.567	221.567	-	-
Letras Financeiras - Bancos	189.033	-	189.033	-
Debêntures	7.250	-	7.250	-
	<b>419.624</b>	<b>221.567</b>	<b>198.057</b>	<b>-</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	72.735	-	-	72.735
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	375.758	-	-	375.758
Indenizações a Receber – Transmissão	1.852.673	-	-	1.852.673
Indenizações a Receber – Geração	1.918.002	-	-	1.918.002
	<b>4.638.792</b>	<b>221.567</b>	<b>198.057</b>	<b>4.219.168</b>
	<b>16.293.577</b>	<b>221.567</b>	<b>8.550.591</b>	<b>7.521.419</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(13.698.816)	-	(13.698.816)	-
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	(1.088.851)	-	(1.088.851)	-
Passivos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	(155.214)	-	-	(155.214)
Concessões a Pagar	(21.145)	-	-	(21.145)
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	(92.946)	-	(92.946)	-
Fornecedores	(1.623.467)	-	(1.623.467)	-
Adiantamento de Clientes	(176.871)	-	(176.871)	-
	<b>(16.857.310)</b>	<b>-</b>	<b>(16.680.951)</b>	<b>(176.359)</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	(7.680)	-	-	(7.680)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda RME)	(541.767)	-	(541.767)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda SAAG e Sonda)	(312.167)	-	-	(312.167)
	<b>(861.614)</b>	<b>-</b>	<b>(541.767)</b>	<b>(319.847)</b>
	<b>(17.718.924)</b>	<b>-</b>	<b>(17.222.718)</b>	<b>(496.206)</b>



	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	916.762	-	916.762	-
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	44.244	-	44.244	-
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	4.140.720	-	4.140.720	-
Fundos Vinculados	106.227	-	106.227	-
Adiantamentos a Fornecedores	122.920	-	122.920	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	235.018	-	235.018	-
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	369.010	-	-	369.010
Reembolso de Subsídios Tarifários	77.086	-	77.086	-
Subvenção Baixa Renda	26.660	-	26.660	-
Depósitos Vinculados a Litígios	2.335.632	-	2.335.632	-
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	547.800	-	-	547.800
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	2.337.135	-	-	2.337.135
Outros Créditos	1.154.404	-	1.154.404	-
	<b>12.413.618</b>	<b>-</b>	<b>9.159.673</b>	<b>3.253.945</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	2.652	-	2.652	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	739.945	739.945	-	-
Letras Financeiras - Bancos	290.004	-	290.004	-
Debêntures	11.292	-	11.292	-
	<b>1.043.893</b>	<b>739.945</b>	<b>303.948</b>	<b>-</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	8.649	-	-	8.649
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	369.762	-	-	369.762
Indenizações a Receber – Transmissão	1.928.038	-	-	1.928.038
Indenizações a Receber – Geração	1.900.757	-	-	1.900.757
	<b>5.251.099</b>	<b>739.945</b>	<b>303.948</b>	<b>4.207.206</b>
	<b>17.664.717</b>	<b>739.945</b>	<b>9.463.621</b>	<b>7.461.151</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(14.397.697)	-	(14.397.697)	-
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	(1.003.789)	-	(1.003.789)	-
Passivos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	(414.800)	-	-	(414.800)
Concessões a Pagar	(21.227)	-	-	(21.227)
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	(282.876)	-	(282.876)	-
Fornecedores	(2.342.757)	-	(2.342.757)	-
Adiantamento de Clientes	(232.762)	-	(232.762)	-
	<b>(18.695.908)</b>	<b>-</b>	<b>(18.259.881)</b>	<b>(436.027)</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	(41.110)	-	-	(41.110)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda RME)	(507.232)	-	(507.232)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda SAAG e Sonda)	(307.792)	-	-	(307.792)
	<b>(856.134)</b>	<b>-</b>	<b>(507.232)</b>	<b>(348.902)</b>
	<b>(19.552.042)</b>	<b>-</b>	<b>(18.767.113)</b>	<b>(784.929)</b>

## Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias;

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig;

Indenizações a Receber – Geração:

- Usinas operadas em regime de cotas – mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão, e atualização pela SELIC a partir da publicação da Portaria nº 291, de 3 de agosto de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 04; e,
- Usinas Miranda e São Simão - mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme estimativas da Companhia, a serem atualizados após a homologação dos valores pela ANEEL;

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de swap foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 146,5% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida repactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 0,69% a 5,62%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

### **31. SEGMENTOS OPERACIONAIS**

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás e telecomunicações através de suas controladas Gasmig e Cemig Telecom (vide nota explicativa nº 1), e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao período findo em 31 de março de 2018 e 2017 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2018								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES*	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.029.538	3.829.674	19.051.688	1.845.118	-	1.887.499	(6.564)	40.636.953
INVESTIMENTO SEM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.760.661	1.167.791	1.865.730	-	-	27.180	-	7.821.362
ADIÇÕES AO SEGMENTO	87.984	-	170.074	10.243	-	8.645	-	276.946
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	1.063	-	-	-	-	-	1.063
RECEITA LÍQUIDA	1.473.883	139.272	2.983.541	346.954	36.459	31.657	(76.335)	4.935.431
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(796.464)	-	(1.485.293)	-	-	(3)	18.067	(2.263.693)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(70.394)	-	(370.845)	-	-	-	48.697	(392.542)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(263.233)	-	-	-	(263.233)
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>(866.858)</b>	<b>-</b>	<b>(1.856.138)</b>	<b>(263.233)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>66.764</b>	<b>(2.919.468)</b>
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(55.527)	(25.179)	(225.825)	(11.215)	(4.785)	(9.133)	-	(331.664)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(3.006)	(1.654)	(13.856)	-	351	(1.412)	-	(19.577)
Obrigações Pós-Emprego	(11.634)	(6.229)	(55.300)	-	-	(10.108)	-	(83.271)
Materiais	(1.609)	(554)	(12.546)	(323)	(220)	(44)	6	(15.290)
Serviços de Terceiros	(23.009)	(6.874)	(198.675)	(3.561)	(6.719)	(1.594)	4.639	(235.793)
Depreciação e Amortização	(40.995)	-	(144.893)	(17.885)	(9.089)	(129)	-	(212.991)
Provisões (Reversões) Operacionais	(7.973)	(1.029)	(84.765)	-	(213)	(39.309)	81	(133.208)
Custos de Construção	-	(1.063)	(170.074)	(6.722)	(2.810)	-	-	(180.669)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(10.126)	(2.864)	(47.252)	(2.965)	(4.818)	(3.182)	4.845	(66.362)
<b>Total do Custo de Operação</b>	<b>(153.879)</b>	<b>(45.446)</b>	<b>(953.186)</b>	<b>(42.671)</b>	<b>(28.303)</b>	<b>(64.911)</b>	<b>9.571</b>	<b>(1.278.825)</b>
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	<b>(1.020.737)</b>	<b>(45.446)</b>	<b>(2.809.324)</b>	<b>(305.904)</b>	<b>(28.303)</b>	<b>(64.914)</b>	<b>76.335</b>	<b>(4.198.293)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(31.230)	46.944	43.722	-	(763)	(1.799)	-	56.874
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	421.916	140.770	217.939	41.050	7.393	(35.056)	-	794.012
Receitas Financeiras	127.366	8.211	78.905	14.258	925	12.189	-	241.854
Despesas Financeiras	(236.767)	(1.170)	(149.504)	(9.774)	(1.539)	(900)	-	(399.654)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	312.515	147.811	147.340	45.534	6.779	(23.767)	-	636.212
Imposto de Renda e Contribuição Social	(99.900)	(30.988)	(37.896)	(15.365)	(2.472)	15.004	-	(171.617)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	212.615	116.823	109.444	30.169	4.307	(8.763)	-	464.595
Participação dos acionistas controladores	212.615	116.823	109.444	30.023	4.307	(8.763)	-	464.449
Participação de acionista não controlador	-	-	-	146	-	-	-	146
	212.615	116.823	109.444	30.169	4.307	(8.763)	-	464.595

(\*) Os ativos e passivos da Cemig Telecom foram incorporados à Cemig Holding em 31/03/2018, vide nota explicativa nº 1.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2017								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.275.170	4.429.953	18.236.415	340.276	2.530.107	2.241.607	(289.439)	41.764.089
ADIÇÕES AO SEGMENTO	165.727	-	181.358	8.928	11.328	-	-	367.341
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	2.920	-	-	-	-	-	2.920
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.380.762	1.733.227	1.746.439	19.019	-	17.136	-	8.896.583
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>1.565.603</b>	<b>146.636</b>	<b>2.767.988</b>	<b>28.319</b>	<b>344.442</b>	<b>26.837</b>	<b>(66.895)</b>	<b>4.812.930</b>
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(734.885)	-	(1.378.708)	-	-	(9)	20.514	(2.093.088)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(83.090)	(87)	(162.447)	-	-	-	39.127	(206.497)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(222.512)	-	-	(222.512)
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>(817.975)</b>	<b>(87)</b>	<b>(1.541.155)</b>	<b>-</b>	<b>(222.512)</b>	<b>(9)</b>	<b>59.641</b>	<b>(2.522.097)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>								
Pessoal	(67.438)	(24.660)	(254.179)	(4.584)	(11.809)	(18.538)	-	(381.208)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(3.108)	(1.412)	(13.516)	(315)	-	(533)	-	(18.884)
Obrigações Pós-Emprego	(14.124)	(5.941)	(64.905)	-	-	(9.668)	-	(94.638)
Materiais	(2.152)	(546)	(8.108)	(29)	(428)	(22)	6	(11.279)
Serviços de Terceiros	(25.239)	(4.871)	(172.693)	(6.747)	(3.535)	(2.787)	7.248	(208.624)
Depreciação e Amortização	(45.634)	-	(129.767)	(8.372)	(13.640)	(3.952)	-	(201.365)
Provisões (Reversões) Operacionais	(53.742)	(1.783)	(136.594)	56	-	(16.469)	-	(208.532)
Custos de Construção	-	(2.920)	(181.358)	-	(16.281)	-	-	(200.559)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(17.971)	(2.253)	(68.750)	(5.115)	(3.290)	863	-	(96.516)
<b>Total do Custo de Operação</b>	<b>(229.408)</b>	<b>(44.386)</b>	<b>(1.029.870)</b>	<b>(25.106)</b>	<b>(48.983)</b>	<b>(51.106)</b>	<b>7.254</b>	<b>(1.421.605)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.047.383)</b>	<b>(44.473)</b>	<b>(2.571.025)</b>	<b>(25.106)</b>	<b>(271.495)</b>	<b>(51.115)</b>	<b>66.895</b>	<b>(3.943.702)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E FINANCEIRO</b>	<b>518.220</b>	<b>102.163</b>	<b>196.963</b>	<b>3.213</b>	<b>72.947</b>	<b>(24.278)</b>	<b>-</b>	<b>869.228</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(25.223)	65.989	(8.271)	(725)	-	(2.129)	-	29.641
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	46.883	1.775	102.499	446	5.134	23.154	-	179.891
Despesas Financeiras	(339.474)	(667)	(215.963)	(4.027)	(13.642)	1.136	-	(572.637)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>200.406</b>	<b>169.260</b>	<b>75.228</b>	<b>(1.093)</b>	<b>64.439</b>	<b>(2.117)</b>	<b>-</b>	<b>506.123</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(84.108)	(30.530)	(34.591)	117	(20.712)	6.435	-	(163.389)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>116.298</b>	<b>138.730</b>	<b>40.637</b>	<b>(976)</b>	<b>43.727</b>	<b>4.318</b>	<b>-</b>	<b>342.734</b>
Participação dos acionistas controladores	116.298	138.730	40.637	(976)	43.589	4.318	-	342.596
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	138	-	-	138
	<b>116.298</b>	<b>138.730</b>	<b>40.637</b>	<b>(976)</b>	<b>43.727</b>	<b>4.318</b>	<b>-</b>	<b>342.734</b>

## 32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- Encargos Financeiros Capitalizados no montante de R\$8.272 no primeiro trimestre de 2018 (R\$22.351 no primeiro trimestre de 2017);
- Exceto pelo saldo de caixa e equivalentes recebido na incorporação da Cemig Telecom, no montante de R\$428, no período findo em 31 de março de 2018, os demais saldos incorporados não possuem efeito no fluxo de caixa da Companhia.

## 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

### **Antecipação de pagamento por entrega futura de energia elétrica**

Em abril e maio de 2018, foram antecipados pela Cemig GT à controlada em conjunto Renova R\$54.200, relativo às faturas de energia com vencimento entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019. Essas antecipações são ajustadas a valor presente a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

### **Emissão de nota promissória**

Em maio de 2018, a Cemig D emitiu notas promissórias no valor total de R\$400.000, com vencimento em 24 de outubro de 2019 e juros remuneratórios de 151% da variação do CDI, a serem pagos na data de vencimento. Os recursos captados serão destinados à recomposição do caixa da Companhia, em função do pagamento da 3ª (terceira) emissão de debêntures, e reforço do capital de giro.

### **Assembléia Geral Anual de Acionistas**

Em 30 de abril de 2018, a Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas aprovou as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia de 31 de dezembro de 2017 e a alocação de lucros acumulados e lucro líquido para o exercício de 2017, conforme proposto pelo Conselho de Administração.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

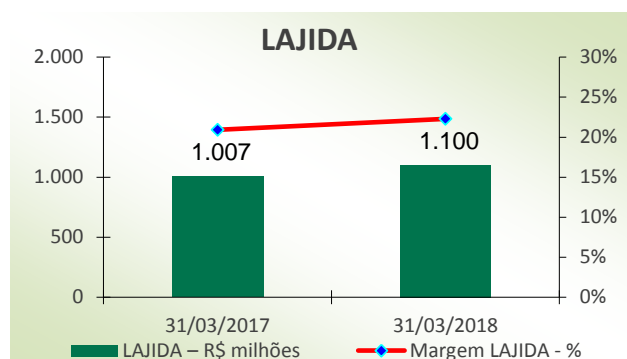
### Resultado do Período

A A Cemig apresentou, no primeiro trimestre de 2018, um lucro líquido de R\$464.595 em comparação ao lucro líquido de R\$342.734 no mesmo período de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 8,47% no primeiro trimestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou aumento, passando de 22,86% no primeiro trimestre de 2017 para 20,68% no mesmo período de 2018.

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2018	31/03/2017	Var %
Resultado do Período	464.595	342.734	35,56
+ Despesa de IR e Contribuição Social	171.617	163.389	5,04
+ Resultado Financeiro	157.800	392.746	(59,82)
+ Depreciação e Amortização	212.991	201.365	5,77
<b>= LAJIDA</b>	<b>1.007.003</b>	<b>1.100.234</b>	<b>(8,47)</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.397.905 no período de janeiro a março de 2018 em comparação a R\$5.771.613 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 6,47%.

### **Consumidores Finais**

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, foi de R\$4.733.392 no período de janeiro a março de 2018 comparada a R\$5.122.632 no mesmo período de 2017, representado uma redução de 7,60%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- Redução de 0,50% no volume de energia vendida.
- Aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$116.772 no período de janeiro a março de 2018, em comparação a R\$29.258 no período de janeiro a março de 2017. Essa variação decorre, principalmente, do baixo do nível dos reservatórios, com acionamento da bandeira vermelha em dezembro de 2017 com reflexos em janeiro de 2018, o que levou a maior cobrança, em 2018, de encargos adicionais relacionados às bandeiras;

### **Evolução do Mercado**

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a março de 2018, comparativamente às do mesmo período de 2017:



A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh		
	31/03/2018	31/03/2017	Var %
Residencial	2.593.117	2.537.050	2,21
Industrial	4.028.060	4.253.259	(5,29)
Comércio, Serviços e Outros	2.042.937	1.912.090	6,84
Rural	765.502	798.476	(4,13)
Poder Público	213.598	210.613	1,42
Iluminação Pública	343.406	334.480	2,67
Serviço Público	322.058	314.937	2,26
Subtotal	<b>10.308.678</b>	<b>10.360.905</b>	<b>(0,50)</b>
Consumo Próprio	12.124	9.262	30,90
	<b>10.320.802</b>	<b>10.370.167</b>	<b>(0,48)</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (1)	2.632.799	2.894.117	(9,03)
Total	<b>12.953.601</b>	<b>13.264.284</b>	<b>(2,34)</b>

(1) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 5,29% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

Também ocorreu uma redução de 4,13% na quantidade vendida para o segmento rural em função do maior volume de chuvas no primeiro trimestre de 2018 com consequente redução da atividade de irrigação.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 2,67% na classe de consumo iluminação pública e de 2,26% na classe de serviço público em função da incorporação de novas unidades consumidoras.

#### Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a março de 2018, essa receita correspondeu ao montante de R\$373.741, comparada a R\$463.049 no mesmo período de 2017, o que representou uma redução de 19,29%.

Esta variação decorre, principalmente, da redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicada a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);

## CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$441.156 no primeiro trimestre de 2018, em comparação a uma redução da receita de R\$302.602 no primeiro trimestre de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação a cobertura tarifária, na comparação com o ano anterior, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 14 das Informações Contábeis Intermediárias.

## Receita de Concessão de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$100.991 no primeiro trimestre de 2018 comparado a R\$92.500 no mesmo período de 2017, representando crescimento de 9,18%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2017, os reajustes foram de 3,59% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 1,57% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

## Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$49.841 no primeiro trimestre de 2018, comparados a R\$65.830 no mesmo período de 2017.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### Receita de Indenização da Geração

No primeiro trimestre de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$17.245 referente ao ajuste do saldo não amortizado referente aos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, a ser indenizado conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$134.327 no primeiro trimestre de 2018 comparados a R\$226.648 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 40,73%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018, apesar do aumento de 32,56% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$201,06/MWh no 1º trimestre de 2018 e R\$151,67/MWh no mesmo período de 2017);

### Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$428.071 no período de janeiro a março de 2018 comparada a R\$410.541 no mesmo período de 2017, um aumento de 4,27%. Esta variação decorre basicamente dos reajustes nas tarifas, tendo em vista a redução de 11,10% no volume de gás vendido (264.226 m<sup>3</sup> no período de janeiro a março de 2018 comparados a 297.226 m<sup>3</sup> no mesmo período de 2017), associado aos reajustes nas tarifas.

### Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$177.860 no período de janeiro a setembro de 2018 comparadas a R\$200.559 no mesmo período de 2017, apresentando uma redução de 11,32%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

### Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia foram de R\$462.113 no primeiro trimestre de 2018 em comparação a R\$347.869 no mesmo período de 2017, um aumento de 32,84%. A composição das receitas operações está demonstrada na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$2.713.992 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$2.543.810 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 6,69%.

### Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$587.855 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$443.621 no mesmo período de 2017.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve um crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$116.772 no período de janeiro a março de 2018, em comparação a R\$29.258 no mesmo período de 2017. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento da bandeira vermelha em dezembro de 2017 com reflexos em janeiro de 2018, o que levou a maior cobrança de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$4.198.292 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$3.943.702 no mesmo período de 2017, um aumento de 6,46%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.263.693 no período de janeiro a março de 2018 comparada a R\$2.093.088 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 8,15%. Esta variação decorre do aumento de 19,93% no volume de energia comprada no primeiro trimestre de 2018 (5.305.723 MWh) comparado ao mesmo período de 2017 (4.423.976 MWh), parcialmente compensado pela redução de 9,37% no preço médio do MWh (R\$149,92 no primeiro trimestre de 2018 e R\$165,42 no mesmo período de 2017).

### Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$392.542 no período de janeiro a março de 2018, comparados a R\$206.497 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 90,10%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. O aumento nos valores em 2018 deve-se ao aumento dos custos de transmissão relacionados ao pagamento das indenizações de transmissão os agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Este é um Custo não controlável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$133.207 no período de janeiro a março de 2018, comparadas a R\$208.532 no mesmo período de 2017, uma redução de 36,12%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Variação do valor justo nas opções de investimento da Parati/RME e SAAG, no montante de R\$38.910 no período de janeiro a março de 2018 na comparação com a provisão total de R\$62.587 no mesmo período de 2017. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 29 (Opções de Venda);
- Redução de 73,06% das despesas para provisões de contingências trabalhistas, que foram de R\$17.054 no período de janeiro a março de 2018 em comparação a R\$63.306 no período de janeiro a março de 2017. A redução no montante provisionado decorre, dos maiores valores provisionados no ano anterior relacionados principalmente as ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Mais informações na nota explicativa nº 23.

### Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$331.664 no primeiro trimestre de 2018, comparados a R\$381.208 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 13,00%. Apesar do reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2018, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorre, principalmente da redução de 17,66% no número de empregados médios nos períodos comparados (5.855 no primeiro trimestre de 2018 em comparação a 7.111 no primeiro trimestre de 2017).

### Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$180.669 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$200.559 do mesmo período de 2017, uma redução de 9,92%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### Gás Comprado para Revenda

No período de janeiro a março de 2018 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$263.233 comparada a uma despesa de R\$222.512 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 18,30%. Esta variação decorre basicamente dos reajustes nos preços do gás comprado, tendo em vista a redução na quantidade de gás comprado para revenda (263.242 m<sup>3</sup> no período de janeiro a março de 2018 comparados a 293.105 m<sup>3</sup> no mesmo período de 2017).

### ***Resultado de Equivalência Patrimonial***

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou ganhos de R\$56.874 no período de janeiro a março de 2018 na comparação aos ganhos de R\$29.641 no mesmo período de 2017. A composição dos resultados das investidas reconhecido nessa rubrica está apresentado em detalhes na Nota Explicativa nº 15, sendo as principais variações em relação ao ano anterior relacionadas aos resultados da Taesa e Light.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado financeiro no período de janeiro a março de 2018 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$157.800 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$392.746 no mesmo período de 2017. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$23.727 no primeiro trimestre de 2018 comparado a R\$64.830 no mesmo período de 2017, redução de 63,40%. Esta variação decorre, principalmente, da menor variação do CDI (1,59% no primeiro trimestre de 2018 e 2,98% no primeiro trimestre de 2017), principal indexador de remuneração das aplicações, além de um menor volume disponível para aplicação em 2018;
- Ganhos com instrumentos financeiros no valor de R\$97.516 no 1º trimestre de 2018 em função de ajuste a valor justo de operação de swap relacionado a captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds) no 4º trimestre de 2017 (maiores informações na nota explicativa nº 29);

- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$294.965 no primeiro trimestre de 2018, comparado a R\$461.421 no mesmo período de 2017, um redução de 36,07%, decorrente, principalmente, da menor variação do CDI em 2018, principal indexador da dívida, conforme já demonstrado em tópico anterior;

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 27 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

No período de janeiro a março de 2018, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$171.617 em relação ao lucro de R\$636.212 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 26,97%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2017, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$163.389 em relação ao Resultado de R\$506.123, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 32,28%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

### *Conselho de Administração*

#### Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de março de 2018, reuniu-se 9 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

#### Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2016, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2018.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a R\$ 17.355 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.



## Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:
  1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
  2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
  3. Comitê de Recursos Humanos;
  4. Comitê de Estratégia;
  5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
  6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

### ***Qualificação e remuneração***

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

### ***Comitê de Auditoria***

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

### ***Diretoria Executiva***

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$17.355 mil;
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 31/03/2018 foram realizadas 12 reuniões.

### ***Conselho Fiscal***

#### Reuniões

- No ano de 2018, até o mês de março, foram realizadas 5 reuniões.

#### Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
  - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
  - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
  - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>
- Principais responsabilidades e atribuições:
  - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

### **Qualificação e remuneração**

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

### **Lei Sarbanes-Oxley**

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

### **Gestão de Riscos Corporativos**

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco otimizam os investimentos no controle da atividade, reduzem os custos, melhoram a performance e conseqüentemente favorecem o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Além disso, entre os requisitos avaliados para a permanência da Companhia na composição de índices como o Dow Jones de Sustentabilidade e o de Sustentabilidade Empresarial – ISE destaca-se a necessidade de implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos.

O processo de gestão de riscos na Cemig foi iniciado em 2003 e vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se a criação, em 2012, do Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC responsável pelo monitoramento do processo tendo ainda como atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (ii) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e (iii) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa. O CMRC se reúne bimestralmente.

Em 2013, foi implantada uma nova plataforma tecnológica, exclusiva para gerenciamento de riscos, módulo SAP RM (Risk Management) que viabilizou, entre outros, que o processo de mapeamento de riscos seja feito continuamente à medida que a atualização das informações, verificações e avaliações dos controles e planos de ação se tornem tarefas agendadas a serem executadas pelos responsáveis dentro do próprio sistema, fazendo com que todos os agentes envolvidos na gestão de riscos tenham papéis e responsabilidades determinadas e acompanhadas, com minimização de custos e de recursos humanos para a sua realização e controle. Além disso, existe um fluxo realizado por uma área independente para avaliação periódica dos controles no intuito de auditar a efetividade do processo.

Em 2015, ocorreu a efetivação plena da plataforma, gerando relatórios confiáveis e obtendo percepções de relações entre os riscos mapeados.

Em 2015, novas iniciativas foram implementadas. Destaque para:

- Ajustes na metodologia-padrão de gerenciamento de riscos (novo modelo de segmentação dos riscos, forma de quantificação dos impactos e abordagem no levantamento das informações incorporando também a visão “Top Down”);
- Revisão/atualização da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Mapeamento dos principais riscos corporativos (“Top Risks”) e alguns relacionados ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig;
- Aprovação da matriz de riscos corporativos e das premissas de apetite a riscos pelo Conselho de Administração.

No processo de levantamento dos “Top Risks” foi feita uma pesquisa com os Superintendentes da Companhia com o propósito de levantar os principais temas corporativos a serem monitorados, tais como: perda de concessão, grau de endividamento, liquidez, indicadores de disponibilidade e confiabilidade e glosa. O produto deste trabalho gerou uma matriz que expressa a avaliação conjunta do impacto e probabilidade de ocorrência do risco.

Especialmente quanto ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig foram identificados os riscos relacionados ao uso da água, manejo de vegetação, mortandade de peixes, acidentes ambientais com óleo/logística de material, cumprimento de condicionantes ambientais, entre outros. A Cemig adota medidas de mitigação e gerenciamento de exposição alinhadas com as premissas de apetite a risco.

Em 2016 foi criada a Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos (GC), subordinada à Presidência, permitindo assim maior independência nos trabalhos.

Além disso, a Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente.

### ***Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional***

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação.

A atualização do documento ocorreu em 2016.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

### ***Comissão de Ética***

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

### POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31/03/2018

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	4.860.228	0,58	8.649.862	0,39
Total Controlador	214.471.442	50,97	4.860.228	0,58	223.064.601	17,42
FIA Dinâmica Energia S/A	41.635.754	9,90	62.469.590	7,45	104.105.344	8,27
BNDESPAR	54.342.992	12,92	26.220.938	3,13	80.563.930	6,40

### POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 31/03/2018

	31/03/2018	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	4.860.228
Conselho de Administração	100.637	180.042
Diretoria Executiva	2	5.000
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação ( <i>free float</i> )	206.192.558	832.471.027
<b>TOTAL</b>	<b>420.764.708</b>	<b>838.076.946</b>

#### **Relações com Investidores**

No ano de 2016, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2017, pelo 22º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

### ***Governança Corporativa***

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;

- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
  - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
  - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
  - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

\*\*\*\*\*

**(Original assinado pelos signatários abaixo)**

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**

Diretor-Presidente

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**

Diretor Vice-Presidente Interina e cumulativamente

**Maurício Fernandes Leonardo Júnior**

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

**Ronaldo Gomes de Abreu**

Diretor de Distribuição e Comercialização

**Franklin Moreira Gonçalves**  
Diretor de Geração e Transmissão

**Maura Galuppo Botelho Martins**

Diretor de Relações e Recursos Humanos

**José de Araújo Lins Neto**

Diretor de Gestão Empresarial

**Thiago de Azevedo Camargo**  
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

**Dimas Costa**

Diretor Comercial

**Daniel Faria Costa**

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

**Luciano de Araújo Ferraz**

Diretor Jurídico

**Leonardo George de Magalhães**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Leonardo Felipe Mesquita**  
Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG-85.260



## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Companhia Energética de Minas Gerais**  
Belo Horizonte - MG

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfases

### **Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos**

Conforme mencionado na nota 15 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui investimento indireto na Madeira Energia S.A., Renova Energia S.A., e na Norte Energia S.A. (em conjunto denominadas “investidas não controladas”), que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nestas investidas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

### **Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.**

Conforme divulgado na nota 15 às informações contábeis intermediárias, a investida indireta não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de março de 2018, apresenta capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.



## **Revisão dos valores correspondentes ao período anterior**

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão em 15 de maio de 2017, com conclusão sem modificação sobre essas informações contábeis intermediárias, e contendo ênfases relacionadas à incerteza da renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda e aos assuntos descritos anteriormente.

Belo Horizonte (MG), 15 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA022650/O-0